

RELATÓRIO DE GESTÃO 2009 CORE/MS

GESTÃO ADMINISTRATIVA

FUNASA
FUNASA

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
COORDENAÇÃO REGIONAL DO MATO GROSSO DO SUL



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde

A Coordenação Regional de Mato Grosso do Sul, unidade descentralizada, diretamente subordinada a FUNASA Presidência, compete coordenar, supervisionar e desenvolver as atividades da FUNASA nas suas respectivas áreas de jurisdição, em especial, executar o planejamento de ações, planos e programas de trabalho; promover, supervisionar e apoiar as ações relativas à: a) assistência à saúde das populações indígenas; b) engenharia de saúde pública; e c) educação em saúde e comunicação social. Acompanhar os processos de natureza jurídica na área de jurisdição da Coordenação Regional; executar as atividades relativas ao desenvolvimento institucional, organização, qualidade, normatização e racionalização de instrumentos, métodos e procedimentos de trabalho; executar as atividades relativas à utilização e manutenção dos recursos de informação e informática; e elaborar relatórios gerenciais e operacionais sobre as atividades desenvolvidas pela Coordenação Regional.

Objetivando demonstrar o desempenho da FUNASA – Coordenação de Mato Grosso do Sul, no exercício de 2009, atendendo art. 86, inciso VI da Portaria 1776 de 8 de setembro de 2003, que aprova o Regimento Interno da FUNASA.

Elaboramos este Relatório de Gestão, que constitui uma das peças relativa à Prestação de Contas Anual dos Gestores Públicos do Poder Executivo Federal, estabelecidos nos moldes da Decisão Normativa TCU nº 100 de 07 de outubro de 2009, Decisão Normativa TCU nº 102 de 02 de dezembro de 2009, pela Instrução Normativa do TCU nº 57 de 27 de agosto de 2008 e pela Portaria CGU nº 2270 de 04 de novembro de 2009.

Apresentação

1. Identificação	006
2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticas.....	007
2.1 Responsabilidades institucionais – Papel da unidade na execução das políticas públicas.....	007
2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.....	015
2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade.....	016
2.3.1 Relação dos Programas	016
QuadroI – execução orçamentária do programa 1287.....	016
QuadroII – execução orçamentária da ação 1287-2272.....	017
QuadroIII – execução físico/orçamentária da ação 1287-4661.....	017
QuadroIV – execução físico/orçamentária da ação 1287-7656.....	018
QuadroV – execução físico/orçamentária da ação 1287-7684.....	019
QuadroVI – execução orçamentária programa 8007.....	021
QuadroVII – execução físico/orçamentária da ação 8007-10GG.....	022
QuadroVIII – execução orçamentária programa 0122.....	023
QuadroIX – execução orçamentária da ação 0122-2272.....	023
QuadroX – execução físico/orçamentária da ação 0122-6908.....	024
QuadroXI – execução físico/orçamentária da ação 0122-7652.....	026
QuadroXII – execução físico/orçamentária da ação 0122-10GD.....	027
QuadroXIII – execução físico/orçamentária da ação 0122-10GE.....	028
QuadroXIV – execução orçamentária do programa 0150.....	030
QuadroXV – execução orçamentária da ação 0150-2272.....	031
QuadroXVI – execução orçamentária da ação 0150-3869.....	031
QuadroXVII – execução físico orçamentária da ação 0150-6140.....	032
QuadroXVIII – execução orçamentária da ação 0150-8743.....	033
QuadroXIX – execução físico/orçamentária da subação 0150-8743-28200.....	033
QuadroXX – execução físico/orçamentária da subação 0150-8743-28206.....	034
QuadroXXI – execução físico/orçamentária da subação 0150-8743-29735.....	035
QuadroXXII – execução físico orçamentária da subação 0150-8743-29736.....	035
QuadroXXIII – execução físico/orçamentária da subação 0150-8743-29755.....	036
QuadroXXIV – execução físico/orçamentária da subação 0150-8743-29756.....	036
QuadroXXV – execução físico/orçamentária da subação 0150-8743-29795.....	037
QuadroXXVI – execução físico/orçamentária da subação 0150-8743-29815.....	037

QuadroXXVII – execução físico/orçamentária da subação 0150-8743-32635.....	038
QuadroXXVIII – execução orçamentária do programa 1444.....	038
QuadroXXIX – execução orçamentária da ação 1444-3994.....	039
QuadroXXX – execução orçamentária do programa 0016.....	039
QuadroXXXI – execução físico/orçamentária da ação 0016-4572.....	040
QuadroXXXII – execução orçamentária da ação 0016-6881.....	041
QuadroXXXIII – execução orçamentária do programa 0750.....	041
QuadroXXXIV – execução físico/orçamentária da ação 0750-2000.....	042
QuadroXXXV – execução orçamentária do programa 0089.....	045
QuadroXXXVI – execução orçamentária da ação 0089-0181.....	045
2.4 Desempenho operacional.....	046
2.4.1 Programação orçamentária.....	046
2.4.2 Execução orçamentária	047
2.4.3 Evolução de gastos gerais	047
2.4.4 Execução física e financeira das ações realizadas pela UJ	049
2.4.5 Indicadores de desempenho	051
3. Informações sobre a composição de recursos humanos.....	057
4. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.....	061
5. Inscrições de restos a pagar no exercício e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores.....	062
6. Informações sobre transferências (recebidas e realizadas) no exercício	063
7. Previdência complementar patrocinada	064
8. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos.....	065
9. Renúncias tributárias	066
10. Operações de Fundos.....	067
11A. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno	068
11B. Determinações e recomendações do TCU.....	071
12. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício.....	073
13. Registros atualizados nos sistemas SIASG e SICONV.....	074
14. Outras Informações relevantes	075
15. Informações contábeis da gestão.....	076
16. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins.....	077

1. IDENTIFICAÇÃO

Poder / Órgão de Vinculação ou Supervisão	Executivo / Ministério da Saúde	
Nome completo da unidade e sigla	Coordenação Regional da Fundação Nacional de Saúde no Estado de Mato Grosso do Sul – Core-MS	
Código SIORG	FUNASA - (2207)	
Código na LOA	36211	
Principal Atividade e Código CNAE	8412-4/00 PROMOÇÃO DE PROGRAMAS DE SAÚDE; FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL	
Situação operacional	Ativa	
Natureza jurídica	Fundação do Poder Executivo	
Endereço postal	Rua Jornalista Belizário Lima, 263 – VI Fortuna – CEP 79004-270	
Telefones de contato	(67) 3325.1499 / 3325.4307 / 3325.4308 / 3325.4309	
Endereço da página institucional na <i>internet</i> e endereço eletrônico	www.funasa.gov.br / corems.gabinete@fuansa.gov.br	
Normas de criação, definição de competências e estrutura organizacional, regimento interno ou estatuto da unidade e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	<i>Instituída pela Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990, pelo Decreto n.º 100, de 16 de abril de 91, e em conformidade com o que dispõe o Decreto n.º 4.727, de 9 de junho de 2003, publicado no Diário Oficial da União, do dia 10 de junho de 2003. Portaria n.º 1.000, de 8 setembro de 2003 que aprova o regimento interno da Funasa.</i>	
Código e nome da UJ titular do relatório	255012	
Códigos das UJ abrangidas	Não consolida outras unidades	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	Nome	Código
	FUNASA - MS	255012

Tabela 1– Qualificação da Coordenação Regional

Nome do Coordenador Regional	Flavio da Costa Britto Neto
População do Estado	2.078.001
Nº. de Municípios abrangidos pela CORE	63 dos 78 municípios existentes
População Indígena do Estado	68.862

Nome do Dsei	Distrito Sanitário Especial Indígena de Mato Grosso do Sul
População Indígena abrangida pelo Dsei	68.862
Número de Pólos-Base	15
Número de Casais	3
Número de Aldeias	75
Etnias Indígenas	08

2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICAS

2.1 Responsabilidades institucionais – Papel da unidade na execução das políticas públicas

A Fundação Nacional de Saúde, criada pela Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990, pelo Decreto n.º 100, de 16 de abril de 91, compete assistir direta e imediatamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições quanto aos assuntos e providencias que, no âmbito do Poder Executivo, sejam atinentes à promoção e inclusão social por meio de ações de saneamento e proteção à saúde dos povos indígenas.

Atuando com Unidades descentralizadas, (Coordenações Regionais – CORE), em cada Estado, que tem como competências regimentais, coordenar, supervisionar e desenvolver atividades da Funasa nas suas respectivas áreas de jurisdição, em especial: I - executar o planejamento de ações, planos e programas de trabalho; II - promover, supervisionar e apoiar as ações relativas a: a) assistência à saúde das populações indígenas; b) engenharia de saúde pública; e c) educação em saúde e comunicação social; III - acompanhar os processos de natureza jurídica na área de jurisdição da Coordenação Regional; IV - executar as atividades relativas ao desenvolvimento institucional, organização, qualidade, normatização e racionalização de instrumentos, métodos e procedimentos de trabalho; V - executar as atividades relativas à utilização e manutenção dos recursos de informação e informática; e VI - elaborar relatórios gerenciais e operacionais sobre as atividades desenvolvidas pela Coordenação Regional.

No exercício de 2009 a Funasa Coordenação de Mato Grosso do Sul, atuou com ações nos Programas de Governo elencados no Plano Plurianual, a seguir: 0016 Gestão da Política de Saúde, 0122 – Serviços Urbanos de Água e Esgoto, 0150 – Proteção e Promoção dos Povos Indígenas, 0750 – Apoio Administrativo, 1287 – Saneamento Rural, 8007 – Resíduos Sólidos Urbanos, com despesas realizadas para esses programas no montante de R\$ 13.728.408,00.

Programas		Despesas Realizadas
0016	Gestão da Política de Saúde	135.867,65
0122	Serviços Urbanos de Água e Esgoto	3.655.363,39
0150	Proteção e Promoção dos Povos Indígenas	5.225.864,66
0750	Apoio Administrativo	2.106.313,68
1287	Saneamento Rural	2.604.998,62
8007	Resíduos Sólidos Urbanos	0,00

Para tanto a Coordenação de Mato Grosso do Sul conta em sua estrutura com um Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI), sendo uma unidade organizacional da FUNASA e deve ser entendido como uma base territorial e populacional sob responsabilidade sanitária claramente identificada, enfeixando conjunto de ações de saúde necessárias à atenção básica, articulado com a rede do Sistema Único de Saúde - SUS, para referência e contra-referência, composto por equipe mínima necessária para executar suas ações e com controle social por intermédio dos Conselhos Locais e Distrital de Saúde.

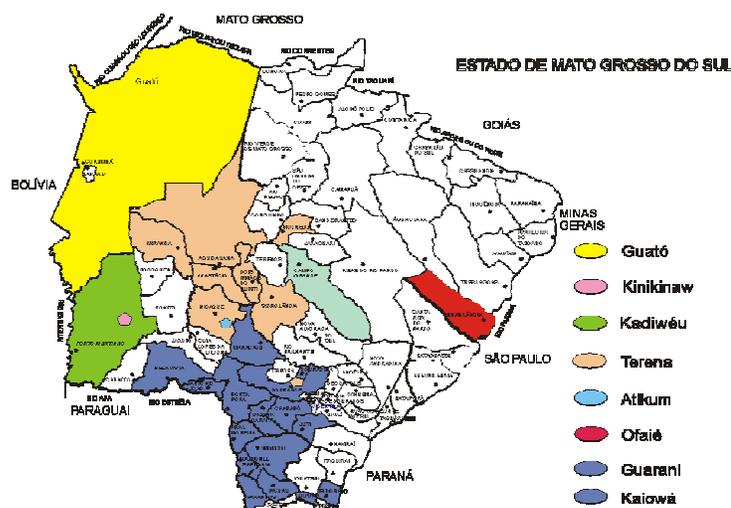
Em Mato Grosso do Sul, as ações de saúde iniciaram simultaneamente à instituição do Subsistema, sendo que até o ano de 2000, o Distrito Sanitário Especial Indígena/FUNASA voltou-se à sua estruturação física, logística, administrativa e operacional, com a criação dos primeiros Pólos-Base, aquisição de viaturas, materiais médico-hospitalares,

equipamentos de saúde, contratação de recursos humanos e construção de infra-estrutura, assim como, a realização das primeiras reuniões com as populações indígenas, os primeiros levantamentos demográficos e epidemiológicos e a formação do primeiro Conselho Distrital de Saúde Indígena (CONDISI) do país.

Seu avanço frente às demais regiões possibilitou que fosse decisivo para a estruturação do modelo de atendimento e gestão. Após 2001, iniciou-se a implantação dos Programas de Saúde e dos protocolos de atendimento e conduta das Equipes, assim como, a sistematização das informações referentes aos dados epidemiológicos e ações de saúde.

A partir de 2002, já com estruturação dos programas e equipe técnica, o DSEI-MS elaborou o primeiro Plano Distrital de Saúde Indígena anual, que ainda consiste em instrumento de planejamento estratégico das ações. Somente em 2003, que o Plano passou a ser tri anual (2004-2006), sendo que, o último elaborado é o Plano Distrital 2008-2010. Tais atividades são realizadas em conjunto com o CONDISI, que atua de forma ativa na identificação das necessidades, planejamento a execução das ações.

O Estado de Mato Grosso do Sul, concentra a 2ª maior população indígena do país localizada em 75 aldeias e distribuídas em oito etnias por ordem de predominância, sendo elas: Guarani, Kaiowá, Terena, Kadiwéu, Kinikinaw, Guató, Ofaié e Atikum.



O Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) encontra-se em Campo Grande, capital do Estado, junto a sede da Coordenação Regional da FUNASA, onde as informações epidemiológicas e administrativas são centralizadas, condensadas e analisadas, com o objetivo de organizar as ações em saúde direcionadas às aldeias. É o principal responsável pelo atendimento à saúde indígena, tendo as demais divisões como apoio. Possui em sua estrutura de organização dois setores: Setor de Operações e Setor de Administração.

O primeiro é composto por equipe técnica (enfermeiros, dentista, nutricionista) que são responsáveis pelo gerenciamento dos programas de saúde da Atenção Básica e realizam supervisões nos Pólos-Base, assim como, de demais funcionários que são responsáveis pela organização dos recursos humanos, controle social, sistema de informação das ações e dados epidemiológicos.

Já o segundo é responsável pela gestão administrativa, que realiza controle do orçamento, dos custos e investimentos, contratos com as empresas, controle de viaturas, medicamentos, urnas funerárias, compras e distribuição dos materiais permanentes e de consumo. A gestão administrativa ocorre em consonância com a Divisão de Administração, porém, está em contato direto com os Pólos-Base, especialmente na resolução de problemas dessa ordem.

Tais informações e serviços são primeiramente organizados e administrados pelos Pólos-Base, que consistem em unidades gerenciais e que estão localizadas estrategicamente em regiões próximas as aldeias e também aos serviços de saúde de alta e média complexidade.

Existem atualmente 15 Pólos-Base, que estão sob a gerência do Pólo-Base de Campo Grande. Os Pólos são responsáveis pelo atendimento à saúde das aldeias correspondentes, assim como, pela articulação com os municípios que abrigam essas populações no sentido de garantir atendimento integral.

A escolha da localização dos Pólos levou-se em consideração a composição étnica das aldeias, para que os trabalhos estejam direcionados a cada população e suas especificidades, mesmo para àquelas que possuem composição étnica diversa.

Cada Pólo possui Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI), ao todo são 37, responsáveis pela execução dos Programas de Saúde e do atendimento primário e com coordenadores técnicos – geralmente um enfermeiro (a) que é responsável pelo monitoramento do desempenho da equipe e dos indicadores. O Pólo conta também com equipe responsável pela área gerencial e administrativa; equipe de transporte e equipe de saneamento (supervisionada pelo DIESP).

Além dos Pólos-Base, o DSEI possui em sua estrutura de organização, três Casas de Saúde Indígena (CASAI) situadas em municípios que centralizam os principais serviços de saúde do Estado em média e alta complexidade: Campo Grande, Dourados e Amambai. Consistem em Unidades de Atendimento Intermediário, enquanto Casa de Apoio, responsáveis pelo agendamento de consultas especializadas nos serviços de saúde, prestação de assistência pré e pós-operatório, transporte e acompanhamento dos pacientes para consultas e exames.

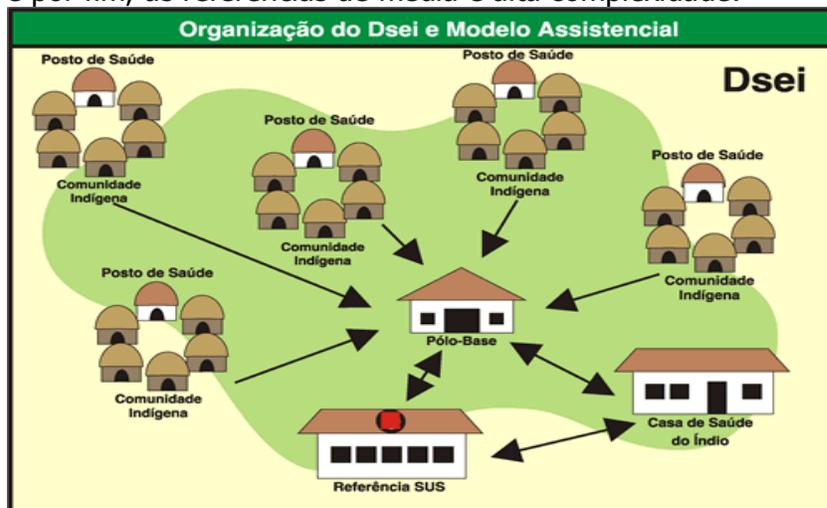
As EMSI atuam enquanto um Programa de Saúde da Família indígena, nos Postos de Saúde e através de visitas domiciliares. É composta por médicos, enfermeiros, nutricionistas, dentistas, psicólogos, assistentes sociais, auxiliares de enfermagem, auxiliares de consultório dentário, agente indígena de saúde e agente indígena de saneamento, totalizando 520 colaboradores.

Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI) por Pólos Base											
ATUAÇÃO DIRETA NAS ALDEIAS											
Pólos	EMSI	Médico	Enf.	Nutric.	Odont.	Psic.	A. Soc.	Aux.Enf.	ACD	AIS	AISAN
Amambai	5	3	5	3	5	0	1	18	5	33	9
Antônio João	4	5	3	0	3	0	0	2	1	9	2
Aquidauana	4	4	5	2	4	1	1	9	4	20	12
Bodoquena	1	1	1	0	1	0	0	3	1	3	2
Bonito	1	0	1	0	1	1	0	3	1	4	2
Brasilândia	1	1	1	0	1	0	0	1	0	1	1
Caarapó	3	3	5	2	2	0	0	6	2	16	4
C.Grande	0	0	0	0	0	0	1	1	0	2	2
Corumbá	1	1	1	0	1	0	0	1	1	1	1
Dourados	6	6	7	3	6	2	1	11	4	35	6
Iguatemi	4	3	4	1	3	1	0	4	3	13	5
Miranda	2	2	3	1	2	1	0	12	2	24	9
Paranhos	1	1	2	1	2	0	0	5	2	16	3
Sidrolândia	2	0	2	0	2	0	0	12	2	10	8
Tacuru	2	1	2	1	1	0	0	4	1	11	4
TOTAL	37	31	42	14	34	6	4	92	29	198	70

A relação dos componentes das EMSI, referem-se apenas aqueles profissionais que atuam nas aldeias, mesmo quando exercem funções no Pólo-base. Já aqueles técnicos que atuam somente nos Pólos não constam na relação quantitativa. A carga horária de atuação das EMSI e profissionais varia conforme o tipo de contratação, sendo que as EMSI dos sub-pólos de Brasilândia e Corumbá são compostas por profissionais que atuam

no PSF do município, existindo 33 (trinta e três) EMSI completas que atuam em tempo integral nas aldeias (40 hs semanais)

O modelo de organização da Atenção Básica em nível de DSEI, dá-se no seguinte esquema abaixo, contando com a estrutura básica nas aldeias (Postos de Saúde, Rádios de Comunicação, Viaturas e EMSI), com os Pólos-Base enquanto estrutura gerencial local, com as Casas de Saúde Indígena para servir de intermediação com os serviços de saúde do SUS, e por fim, as referências de média e alta complexidade:



O ano de 2009 ficará marcado na Coordenação de Mato Grosso do Sul, como aquele em que, fruto de exitosas ações realizadas em 2007 e 2008 na saúde indígena, conseguimos atingir nosso objetivo de reduzir a índices praticamente insignificantes as ocorrências de doenças e agravos nessa população.

Desta forma, voltamos o foco das nossas ações para a execução das obras do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento – principalmente obras de implantação e ampliação de sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitários, resíduos sólidos e de melhorias sanitárias domiciliares, que irão beneficiar e proporcionar melhoria na qualidade de vida de habitantes em toda a região do estado.

Em 2009 aprovamos todos os Termos de Compromisso que ainda encontravam-se pendentes em relação a 2007 e 2008 devido a trâmites de naturezas diversas. No total, são 111 Termos de Compromisso empenhados para a realização de 141 obras, perfazendo por parte da Funasa, um montante de R\$ 45.268.005,54 (quarenta e cinco milhões duzentos e sessenta e oito mil cinco reais e cinquenta e quatro centavos) distribuídos conforme tabela abaixo:

Termos de Compromisso - 2007 e 2008		
AÇÃO	APROVADO	VALOR
Melhorias Sanitárias Domiciliares (MSD)	14	R\$ 5.978.788,00
Saneamento em Comunidades Remanescentes de Quilombos	6	R\$ 1.388.231,82
Sistema de Abastecimento de Água (SAA)	18	R\$ 6.730.000,00
Sistema de Esgotamento Sanitário (SES)	13	R\$ 20.830.000,00
Área Indígena (SAA)	58	R\$ 8.013.995,72
Área Indígena (MSD)	1	R\$ 104.990,00
Sistema de Abastecimento de Água (SAA) – DISTRITOS	1 – 24 municípios – 31 obras	R\$ 2.222.000,00
TOTAL (obras)	141	R\$ 45.268.005,54

Fonte: SISCOB.

No final desse exercício foram contemplados 7 (sete) municípios com Termos de Compromisso assinados e empenhados um total de R\$ 2.337.759,70 (dois milhões trezentos e trinta e sete mil setecentos e cinquenta e nove reais e setenta centavos).

Termos de Compromisso – 2009		
AÇÃO	APROVADO	VALOR
Melhorias Sanitárias Domiciliares (MSD)	2	R\$ 352.525,00
Sistema de Esgotamento Sanitário (SES)	5	R\$ 1.985.234,70
TOTAL (Termos de Compromisso)	7	R\$ 2.337.759,70

Fonte: SISCOON.

A Coordenação Regional de Mato Grosso do Sul apóia o beneficiamento de 148 Termos de Compromisso empenhados totalizados em R\$ 47.605.765,24 (quarenta e sete milhões seiscentos e cinco mil setecentos e sessenta e cinco reais e vinte e quatro centavos) de orçamento a ser descentralizado pela Funasa.

ESGOTO – 2008 a 2009					
TC	ANO	MUNICIPIO	CONTRAPARTIDA	AÇÃO	VALOR PELA FUNASA
1727/08	2008	Amambaí	Governo	ES	R\$ 2.280.000,00
754/08	2008	bela vista	Município	ES	R\$ 1.900.000,00
1729/08	2008	Corquinho	Município	ES	R\$ 660.000,00
745/08	2008	coronel sapucaia	Município	ES	R\$ 1.700.000,00
743/08	2008	Douradina	Município	ES	R\$ 1.100.000,00
1732/08	2008	figueirão	Município	ES	R\$ 780.000,00
1735/08	2008	Iguatemi	Município	ES	R\$ 2.160.000,00
747/08	2008	Japora	governo - SEOP	ES	R\$ 900.000,00
1737/08	2008	Ladario	Município	ES	R\$ 2.700.000,00
750/08	2008	Paranhos	município	ES	R\$ 1.700.000,00
1738/08	2008	porto Murtinho	Município	ES	R\$ 1.560.000,00
1740/08	2008	ribas do rio pardo	Município	ES	R\$ 2.040.000,00
742/08	2008	tacuru	governo – SEOP	ES	R\$ 1.350.000,00
745/09	2009	bela vista	AGESUL	ES	R\$ 195.876,29
674/09	2009	eldorado	Município	ES	R\$ 227.610,32
672/09	2009	Bodoquena	Município	Es	R\$ 440.000,00
834/09	2009	jatei	Município	ES	R\$ 921.748,09
675/09	2009	são gabriel do oeste	Município	ES	R\$ 200.000,00

MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES – 2008 a 2009					
TC	ANO	MUNICIPIO	CONTRAPARTIDA	AÇÃO	VALOR PELA FUNASA
763/08	2008	Amambaí	Município	msd	R\$ 498.000,00
764/08	2008	bela vista	Município	msd	R\$ 900.000,00
737/08	2008	Corquinho	Município	msd	R\$ 200.000,00
760/08	2008	coronel sapucaia	Município	msd	R\$ 844.288,00
738/08	2008	Douradina	Município	msd	R\$ 200.000,00
744/08	2008	figueirão	Município	msd	R\$ 200.000,00
762/08	2008	Iguatemi	Município	msd	R\$ 550.000,00
137/08	2008	Ivinhema	Município	msd	R\$ 150.000,00
739/08	2008	Japora	Município	msd	R\$ 200.000,00
736/08	2008	Ladario	Município	msd	R\$ 500.000,00
740/08	2008	Paranhos	Município	msd	R\$ 436.500,00
761/08	2008	porto Murtinho	Município	msd	R\$ 500.000,00
765/08	2008	ribas do rio pardo	Município	msd	R\$ 400.000,00
766/08	2008	Tacuru	Município	msd	R\$ 400.000,00
656/09	2009	Aquidauana	Município	msd	R\$ 118.825,00
763/09	2009	Corquinho	Município	msd	R\$ 233.700,00

AGUA – ÁREA INDÍGENA – 2008					
TC	ANO	MUNICIPIO	CONTRAPARTIDA	AÇÃO	VALOR PELA FUNASA
1949/08	2008	Amambaí	governo – SEOP	aa	R\$ 417.999,90
1950/08	2008	amambai	governo – SEOP	aa	R\$ 180.000,00
1953/08	2008	antonio joão	governo – SEOP	aa	R\$ 299.999,93
1954/08	2008	antonio joão	governo – SEOP	aa	R\$ 181.999,90
1956/08	2008	aquidauana	governo – SEOP	aa	R\$ 110.124,90
1957/08	2008	aquidauana	governo – SEOP	aa	R\$ 100.250,00

1958/08	2008	aquidauana	governo – SEOP	aa	R\$ 109.999,90
1959/08	2008	aquidauana	governo – SEOP	aa	R\$ 121.751,00
1961/08	2008	aquidauana	governo – SEOP	aa	R\$ 240.000,00
1962/08	2008	aquidauana	governo – SEOP	aa	R\$ 140.249,98
1963/08	2008	aquidauana	governo – SEOP	aa	R\$ 164.999,98
1965/08	2008	aquidauana	governo – SEOP	aa	R\$ 120.499,99
1967/08	2008	caarapo	governo – SEOP	aa	R\$ 500.000,00
1968/08	2008	dois irmãos do buriti	governo – SEOP	aa	R\$ 150.373,33
1969/08	2008	dois irmãos do buriti	governo – SEOP	aa	R\$ 72.500,00
1970/08	2008	caarapo	governo – SEOP	aa	R\$ 162.999,98
1971/08	2008	dois irmãos do buriti	governo – SEOP	aa	R\$ 61.499,00
1972/08	2008	caarapo	governo – SEOP	aa	R\$ 165.249,98
1973/08	2008	dois irmãos do buriti	governo – SEOP	aa	R\$ 50.325,00
1975/08	2008	dois irmãos do buriti	governo – SEOP	aa	R\$ 50.750,00
1977/08	2008	porto murinho	governo – SEOP	aa	R\$ 133.650,00
1978/08	2008	douradina	governo – SEOP	aa	R\$ 72.500,00
1980/08	2008	porto murinho	governo – SEOP	aa	R\$ 45.375,00
1982/08	2008	porto murinho	governo – SEOP	aa	R\$ 45.735,00
1983/08	2008	dourados	governo – SEOP	aa	R\$ 455.500,00
1985/08	2008	dourados	governo – SEOP	aa	R\$ 458.624,90
1986/08	2008	eldorado	governo – SEOP	aa	R\$ 241.750,00
1987/08	2008	porto murinho	governo – SEOP	aa	R\$ 39.999,90
1988/08	2008	japora	governo – SEOP	aa	R\$ 23.249,90
1989/08	2008	japora	governo – SEOP	aa	R\$ 213.200,00
1990/08	2008	porto murinho	governo – SEOP	aa	R\$ 39.999,90
1991/08	2008	Juti	governo – SEOP	aa	R\$ 57.799,90
1992/08	2008	maracaju	governo – SEOP	aa	R\$ 71.499,90
1993/08	2008	porto murinho	governo – SEOP	aa	R\$ 73.625,00
1995/08	2008	miranda	governo – SEOP	aa	R\$ 61.499,90
1996/08	2008	miranda	governo – SEOP	aa	R\$ 62.250,00
1998/08	2008	miranda	governo – SEOP	aa	R\$ 79.299,90
1999/08	2008	paranhos	governo – SEOP	aa	R\$ 144.500,00
2000/08	2008	paranhos	governo – SEOP	aa	R\$ 99.999,90
2001/08	2008	miranda	governo – SEOP	aa	R\$ 75.749,99
2003/08	2008	paranhos	governo – SEOP	aa	R\$ 259.499,90
2004/08	2008	miranda	governo – SEOP	aa	R\$ 73.749,99
2005/08	2008	paranhos	governo – SEOP	aa	R\$ 42.240,00
2007/08	2008	ponta porã	governo – SEOP	aa	R\$ 50.750,00
2008/08	2008	nioaque	governo – SEOP	aa	R\$ 124.000,00
2009/08	2008	nioaque	governo – SEOP	aa	R\$ 114.000,00
2012/08	2008	sete quedas	governo – SEOP	aa	R\$ 186.000,00
2013/08	2008	nioaque	governo – SEOP	aa	R\$ 51.499,99
2014/08	2008	sidrolandia	governo – SEOP	aa	R\$ 117.000,00
2016/08	2008	miranda	governo – SEOP	aa	R\$ 74.250,00
2017/08	2008	sidrolandia	governo – SEOP	aa	R\$ 67.750,00
2020/08	2008	sidrolandia	governo – SEOP	aa	R\$ 113.625,00
2022/08	2008	tacuru	governo – SEOP	aa	R\$ 273.750,00
2028/08	2008	paranhos	governo – SEOP	aa	R\$ 176.249,00
2031/08	2008	aquidauana	governo – SEOP	aa	R\$ 90.749,98
2033/08	2008	aral moreira	governo – SEOP	aa	R\$ 60.000,00
2034/08	2008	bela vista	governo – SEOP	aa	R\$ 91.500,00
2035/08	2008	coronel sapucaia	governo – SEOP	aa	R\$ 150.000,00

MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES – ÁREA INDÍGENA – 2008					
TC	ANO	MUNICÍPIO	CONTRAPARTIDA	AÇÃO	VALOR PELA FUNASA
2024/08	2008	dois irmãos do buriti	governo - SEOP indígena	msd	R\$ 104.990,00

QUILOMBOLA – 2007					
TC	ANO	MUNICÍPIO	CONTRAPARTIDA	AÇÃO	VALOR PELA FUNASA
526/07	2007	aquidauana	Município	aa	R\$ 350.000,00
527/07	2007	dourados	Município	aa	R\$ 163.043,70
528/07	2007	jaraguari	Município	aa	R\$ 369.998,44
529/07	2007	maracaju	Município	aa	R\$ 5.189,68

530/07	2007	sonora	Município	aa	R\$ 250.000,00
531/07	2007	sonora	Município	msd	R\$ 250.000,00

AGUA – 2008					
TC	ANO	MUNICIPIO	CONTRAPARTIDA	AÇÃO	VALOR PELA FUNASA
741/08	2008	amambai	Governo	aa	R\$ 480.000,00
746/08	2008	laguna caarapa	Governo	aa	R\$ 240.000,00
748/08	2008	jatei	Governo	aa	R\$ 350.000,00
751/08	2008	japora	Governo	aa	R\$ 350.000,00
759/08	2008	antonio joão	Governo	aa	R\$ 550.000,00
1730/08	2008	coronel sapucaia	governo – SEOP	aa	R\$ 350.000,00
1731/08	2008	douradina	governo – SEOP	aa	R\$ 70.000,00
752/08	2008	paranhos	governo – SEOP	aa	R\$ 550.000,00
753/08	2008	aral moreira	governo – SEOP	aa	R\$ 350.000,00
755/08	2008	tacuru	governo – SEOP	aa	R\$ 240.000,00
1606/08	2008	figueirão	Município	aa	R\$ 500.000,00
1728/08	2008	bela vista	Município	aa	R\$ 300.000,00
1734/08	2008	iguatemi	Município	aa	R\$ 130.000,00
1736/08	2008	ladario	Município	aa	R\$ 170.000,00
749/08	2008	jatei	Município	aa	R\$ 500.000,00
756/08	2008	porto murinho	Município	aa	R\$ 500.000,00
757/08	2008	ribas do rio pardo	Município	aa	R\$ 750.000,00
758/08	2008	corquinho	Município	aa	R\$ 350.000,00

DISTRITO – 2007					
TC	ANO	MUNICIPIO	CONTRAPARTIDA	AÇÃO	VALOR PELA FUNASA
817/07	2007	SEINFRA - 24 municípios – 31 obras	governo – SEOP	aa	R\$ 2.222.000,00

Em relação às obras diretas, ou seja, aquelas que são licitadas realizadas diretamente com recursos da Funasa, foram concluídas e entregues em 2009, 53 obras referentes à 2007, sendo 23 de Sistema de Abastecimento de Água (R\$ 1.230.372,10) e 30 de Melhorias Sanitárias Domiciliares (R\$ 1.198.013,74), todas em áreas indígenas, perfazendo um investimento total de R\$ 2.428.385,84 (dois milhões, quatrocentos e vinte e oito, trezentos e oitenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos), beneficiando 18 municípios (Amambaí, Aquidauana, Bela Vista, Brasilândia, Caarapó, Cel. Sapucaia, Dois Irmãos do Buriti, Douradina, Dourados, Eldorado, Japorã, Miranda, Nioaque, Paranhos, Ponta Porã, Porto Murinho, Sidrolândia e Tacuru).

Obras Diretas 2007 – Concluídas				
AÇÃO	MUNICÍPIOS	OBRAS	CONCLUÍDAS	VALOR
Sistema de Abastecimento de Água	13	23	23	R\$ 1.230.372,10
Melhorias Sanitárias Domiciliares	14	30	30	R\$ 1.198.013,74
TOTAL	18	53	53	R\$ 2.428.385,84

Fonte: Funasa/Core - MS.

Já em relação às obras diretas de 2008, em 2009 de um total de 48 obras, todas foram concluídas e referem-se ao Sistema de Abastecimento de Água em áreas indígenas, totalizando investimentos de R\$ 4.382.547,91 (quatro milhões, trezentos e oitenta e dois mil, quinhentos e quarenta e sete reais e noventa e um centavos) atendendo 21 municípios (Amambai, Antônio João, Aquidauana, Aral Moreira, Bela Vista, Brasilândia, Caarapó, Cel. Sapucaia, Corumbá, Dois Irmãos do Buriti, Dourados, Eldorado, Japorã, Juti, Laguna Caarapã, Miranda, Paranhos, Porto Murinho, Rochedo, Sidrolândia e Tacuru).

Obras Diretas 2008 – Concluídas				
AÇÃO	MUNICÍPIOS	OBRAS	CONCLUÍDAS	VALOR
Sistema de Abastecimento de Água	21	48	48	R\$ 4.382.547,91
TOTAL	21	48	48	R\$ 4.382.547,91

Fonte: Funasa/Core - MS.

Em 2010, o desafio é executar as obras previstas em 2009. Foram solicitados R\$ 21.687.805,50 (vinte e um milhões, seiscentos e oitenta e sete mil, oitocentos e cinco reais e cinquenta centavos), a serem aplicados em Sistema de Abastecimento de Água em áreas indígenas, comunidades quilombolas e assentamentos e Melhorias Sanitárias Domiciliares em áreas indígenas. Além das obras estão previstos também recursos para a elaboração dos Projetos Básicos e do Controle de Qualidade da Água.

Desse montante de recursos, já foram descentralizados R\$ 2.338.684,00 (dois milhões trezentos e trinta e oito mil seiscentos e oitenta e quatro reais) para o Sistema de Abastecimento de Água e R\$ 2.004.142,00 (dois milhões quatro mil e cento e quarenta e dois reais) para Melhorias Sanitárias Domiciliares, ambos em áreas indígenas, totalizando R\$ 4.342.826,00 (quatro milhões trezentos e quarenta e dois mil e oitocentos e vinte e seis reais).

Obras Diretas – 2009		
AÇÃO	SOLICITADO	DESCENTRALIZADO
Sistema de Abastecimento de Água (área indígena)	R\$4.500.000,00	R\$2.338.684,00
Melhorias Sanitárias Domiciliares (área indígena)	R\$9.997.805,50	R\$2.004.142,00
Projeto Básico (área indígena)	R\$450.000,00	0,00
CQA (área indígena)	R\$706.000,00	R\$22.000,00
Sistema de Abastecimento de Água (quilombolas)	R\$4.366.900,00	0,000
Sistema de Abastecimento de Água (assentamentos)	R\$1.667.100,00	0,00
TOTAL	R\$21.687.805,50	R\$4.364.826,00

Fonte: Funasa/Core - MS.

Com essas ações e investimentos temos cumprido sistematicamente a nossa missão de realizar ações de saneamento ambiental nos municípios e atenção integral à saúde indígena, promovendo a saúde pública e a inclusão social.

Em 2009, convivemos com inúmeras adversidades e ameaças como: a instabilidade do quadro de colaboradores contratados pela ONG – Missão Evangélica Caiuá e a crise econômica e financeira que se instalou pelo mundo, gerando reflexos internos e a constante possibilidade de corte de recursos; fatores esses que, aliados, criaram um clima de insegurança tanto na equipe como nas populações beneficiadas e parceiros, que poderiam comprometer o desempenho da instituição.

Para afastarmos qualquer possibilidade de interrupção das ações que estavam em andamento e ainda a serem realizadas, apostamos na completa transparência na condução de processos, bem como, no diálogo permanente com a equipe de colaboradores e parceiros e na austeridade e responsabilidade com os recursos públicos.

É importante ainda, salientar a indispensável e imprescindível busca por parcerias com o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, Bancada Federal, Prefeituras e o CONDISI – Conselho Distrital de Saúde Indígena, parceiros esses, que em momento algum furtaram-se das nossas solicitações e têm nos permitido atingir nossos objetivos e obter melhorias na qualidade de vida de toda a população de nosso estado, principalmente, a indígena.

Em 2010, pretendemos avançar e melhorar ainda mais nossos indicadores. Temos ciência das nossas limitações operacionais e das dificuldades que poderão surgir, porém, continuaremos apostando no apoio irrestrito de nossos parceiros, na responsabilidade de nossos gestores e no comprometimento e criatividade da nossa equipe para superar desafios e obter resultados positivos.

2.2. Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

De acordo com o organograma da instituição, a Coordenação Regional de Mato Grosso do Sul é composta por quatro divisões que são responsáveis pelo atendimento à saúde indígena e ações de saneamento nas aldeias, em comunidades quilombolas e municípios pequenos. Assim a atuação desta CORE, compreende um conjunto de atividades relacionadas ao cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual (PPA), que veem de encontro à promoção e inclusão social por meio de ações de saneamento e proteção à saúde dos povos indígenas.

As Divisões são departamentos que organizam os serviços à essas populações, em diferentes áreas: Divisão de Administração (DIADM), Divisão de Recursos Humanos (DIREH), Divisão de Engenharia e Saúde Pública (DIESP) e Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI), além dos setores como Assessoria de Comunicação, Educação em Saúde, Equipe de Convênio e Procuradoria Geral da República em Goiás.

A Coordenação Regional de Mato Grosso do Sul, tem suas Divisões de Serviço distribuídas em um prédio central (alugado) de 7 andares e um outro terreno (próprio) que contempla o Almoarifado e o Setor de Transportes.

Contando com essa estrutura a Coordenação de Mato Grosso do Sul no exercício de 2009, buscou implementar as ações de sua responsabilidades institucional através de uma articulação intersetorial e interinstitucional, no sentido de buscar parcerias que possibilitassem consolidar compromissos, bem como, através de um planejamento que definiu e assegurou recursos orçamentários e financeiros para que, da melhor forma implantássemos os Programas geridos pela FUNASA/COREMS.

O detalhamento das principais ações desenvolvidas pela instituição, constam de tópicos específicos deste relatório, entretanto, cabe ressaltar que, com foco em uma gestão participativa, a Core em todas as oportunidades tem aprofundado as relações de cooperação de suas equipes, com vistas à conjugação de esforços para melhorar seus resultados de trabalho realizado. A partir dessa orientação geral, foram realizadas várias ações, como exemplo pode-se destacar:

1. **Implantação do Sistema de Planejamento, Orçamento e Monitoramento das Ações do SUS** – este sistema permitiu o monitoramento das ações do Plano Operacional elaborado pela Coordenação, os quais foram trabalhados como ferramentas gerenciais tanto em relação a quantificação do planejamento estratégico quanto no que concerne ao subsídio para monitoramento e avaliação de desempenho do processo de gestão às necessidades da instituição.

Sendo assim, há que se destacar que os esforços empreendidos por esta Coordenação em defesa de suas responsabilidades não passaram despercebidas pela sociedade no exercício de 2009.

2.3. Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade

2.3.1 Relação de Programas e suas Principais Ações

PROGRAMA: 1287 - Saneamento Rural

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Promover e participar da adoção de medidas voltadas à prevenção e ao controle dos determinantes e condicionantes de saúde da população
Objetivos específicos	Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento ambiental em áreas rurais.
Gerente do programa	Francisco Danilo Forte
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Andrea Simioli
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Taxa de cobertura de abastecimento de água em áreas rurais (%) Taxa de cobertura de esgotamento sanitário em áreas rurais (%) Taxa de cobertura de abastec. de água em áreas indígenas (%)
Público-alvo (beneficiários)	População rural dispersa, residente em assentamentos da reforma agrária e em localidades de até 2.500 habitantes e as minorias étnico-raciais como quilombolas, população indígena e outros povos da floresta

Quadro I – execução orçamentária programa 1287

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ELEMENTO DE DESPESA	Exercício 2009
		Despesa realizada
10122-1287-2272-0001 005006	14	36.936,24
	30	103.781,02
	37	22.854,04
	39	543.745,28
	47	5.000,00
10131-1287-4641-0001 005010	30	16.861,00
10511-1287-7684-0001 005038	51	1.875.821,04
TOTAL		R\$ 2.604.998,62

Fonte – SIAFI-GERENCIAL

Ação: 2272 - Gestão e Administração do Programa	
Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde
Coordenador Nacional da Ação	José Raimundo Machado dos Santos
Unidades Executoras	Departamento de Engenharia de Saúde Pública – DENSP

Quadro II – execução orçamentária da ação 2272

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ELEMENTO DE DESPESA	Exercício 2009	
		Despesa realizada	
10122-1287-2272-0001 005006	14	36.936,24	
	30	103.781,02	
	37	22.854,04	
	39	543.745,28	
	47	5.000,00	
TOTAL		R\$ 712.316,58	

Fontes – SIAFI/GERENCIAL

Ação: 4641 - Publicidade de Utilidade Pública	
Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Propiciar o atendimento ao princípio constitucional da publicidade, mediante ações que visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar a sua qualidade de vida.
Descrição	A ação se desenvolverá por meio de divulgação de conteúdos vinculados a objetivos sociais de interesse público, que assumam caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, ou ainda que contenha uma orientação à população que a habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos e que expresse, com objetividade e clareza, mediante a utilização de linguagem de fácil entendimento para o cidadão.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde
Coordenador Nacional da Ação	Domingos Augusto Germano Xisto da Cunha
Unidade Executora	Assessoria de Comunicação e Educação em Saúde - ASCOM

Quadro III – execução físico/orçamentária da ação 4641

META PROGRAMADA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	Exercício 2009		
			Esperado	Alcançado	Alcançado Esperado
Física					
1.Divulgar ações, projetos e programas da Funasa-COREMS nas áreas de saneamento ambiental e saúde indígena	Matéria publicada	Unidade	420	328	0,78
2.Disponibilizar o acesso às publicações da imagem institucional	Publicações disponibilizadas	Unidade	205	242	1,18
Financeira					
10131-1287-4641-0001 005010			0,00	16.861,00	---
Análise - Plamsus					
1. Nos meses de Janeiro e Fevereiro, devido a situações como férias de servidores, o orçamento da união não estar aprovado e poucas atividades desenvolvidas pela Funasa/Core-MS nesse período, tivemos um índice baixo quanto ao produto. O meses de seguintes foram realizados com sucesso pelo fato de estarmos com todos os servidores trabalhando normalmente. A Core-MS procurou dar destaque aos seus trabalhos na área da saúde indígena, Programa de Aceleração de Crescimento, saneamento ambiental, levando, dessa forma, ao conhecimento da sociedade através das notícias publicadas.					
2. Nos meses de Janeiro e Fevereiro, devido a situações como férias de servidores, o orçamento da união não estar aprovado e poucas atividades desenvolvidas pela Funasa/Core-MS nesse período, tivemos um índice baixo. As consultas, além das publicações são feitas de maneira virtual por meio do site da Funasa. No mês JULHO, ocorreu o lançamento a Cartilha da Comunidades Negras Rurais Quilombolas de Mato Grosso do Sul, com uma tiragem de 1000 exemplares. O lançamento foi realizado no mês de julho em comemorações à festividades locais sobre o povo negro.					

Fonte – SIAFI/GERENCIA - PLAMSUS

Ação: 7656 - Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Rurais, em Áreas Especiais (Quilombos, Assentamentos e Reservas Extrativistas) e em Localidades com População Inferior a 2.500 Habitantes para Prevenção e Controle de Agravos.	
Tipo da Ação	Projeto

Finalidade	Propiciar resolubilidade, em áreas de interesse especial (assentamentos, remanescentes de quilombos e áreas extrativistas) para problemas de saneamento, prioritariamente o abastecimento público de água, o esgotamento sanitário e as melhorias sanitárias domiciliares e/ou coletivas de pequeno porte, bem como a implantação de oficina municipal de saneamento, visando à prevenção e ao controle de doenças e agravos.
Descrição	Fomento e financiamento a implantação e/ou a ampliação e/ou a melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água e de sistemas públicos de esgotamento sanitário, contemplando a elaboração de planos diretores e projetos, a realização de obras, incluindo ligação domiciliar, rede coletora de esgoto, rede de distribuição de água e estação de tratamento, ações voltadas para a sustentabilidade dos mesmos, bem como a implantação de melhorias sanitárias domiciliares e/ou coletivas de pequeno porte, assim como a implantação de oficina municipal de saneamento, compreendendo desde a elaboração do projeto até a sua operação plena.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde
Coordenador Nacional da Ação	José Raimundo Machado dos Santos
Unidade Executora	Departamento de Engenharia de Saúde Pública - DENSP

Quadro IV – execução físico/orçamentária da ação 7656

META PROGRAMADA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	Exercício 2009		
			Esperado	Alcançado	Alcançado Esperado
Física					
1. Apoiar beneficiamento 3 comunidades com a implantação, ampliação ou melhoria do serviço de saneamento	Comunidade beneficiada	Unidade	3	0	0
2. Analisar 3 projetos de implantação ampliação ou melhoria do serviço de saneamento em áreas rurais, em áreas especiais	Projeto analisado	Unidade	3	0	0
3. Beneficiar 34 comunidades com a implantação, ampliação ou melhoria do serviço de saneamento no exercício de 2009	Comunidade beneficiada	Unidade	34	0	0
4. Acompanhar 19 convênios de exercicios anteriores	Convênios acompanhados	Unidade	17	3	0,17
5. Realizar visitas de acompanhamento de convênios de 2009	Visita de acompanham. realizada	Unidade	3	0	0
Financeira					
Não houve descentralização para esse recurso			6.057.811,44		
Análise – Plamsus					
1. Esperava-se beneficiar ao menos 3 comunidades com ação de saneamento, não houve pleitos para esta ação.					
2. Esperava-se analisar pelo menos 3 projetos do exercício de 2009 não houve pleito para esta ação					
3. O quantitativo de 34 comunidades beneficiadas é uma previsão do que poderia acontecer no exercício. No ano de 2009 houve a necessidade de atuar com ações de beneficiamento em 7 comunidades (quilombolas). Em novembro houve a elaboração de processos para atender as comunidades de chacara buriti em campo grande; picadinha em dourados; são miguel em maracaju; família bispo em sonora. família quintino em pedro gomes; ourolandia em rio negro e os pretos em terenos. O objeto dos processos acima citado, era a implantação de MSD em plástico reforçado com fibra de vidro, mas todos foram revogados, devido o custo unitário ter ultrapassado o valor estimado na planilha orçamentária apresentada pela FUNASA.					
4. Foi reavaliado o quantitativo para esta meta e constatou que o correto seriam 17 convênios de exercicios anteriores a serem acompanhados em 2009, alterando desta forma o total informado no Plamsus, de 19 convênios. Embora as diversas dificuldades constatadas durante o exercício de 2009, dos 3 convênios acompanhados, foi considerado: 01 convênios concluídos (EMENDA): Convênio 1442/04 jaraguari 02 convênios com execução = 0 % a 30% (EMENDA) Convênio 8402/06 Bodoquena com 18%; Convênio 2953/06 Amambai com 20%. Com a contratação de 3 engenheiros, ficou fortalecida a equipe técnica, podendo para o exercício de 2010 atender a demanda.					

Fontes – SIAFI/GERENCIAL - PLAMSUS

Ação: 7684 - Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos	
Tipo da Ação	Projeto
Finalidade	Dotar as aldeias de condições adequadas de saneamento básico. Contribuir para redução da morbimortalidade por doenças de veiculação hídrica. Contribuir para o controle de doenças parasitárias transmissíveis por dejetos e contribuir para o controle de agravos ocasionados pela falta de condições de saneamento básico em áreas indígenas.
Descrição	Instalação de sistemas simplificados de abastecimento de água com captação, adução, tratamento e distribuição de água, bem como sistemas de reservatórios e de chafariz; implantação de esgotamento sanitário e rede de coleta; melhorias sanitárias nas aldeias (construção de banheiros, privadas, fossas sépticas, pias de cozinha, lavatórios, tanques, filtros, reservatórios de água e similares de resíduos sólidos).
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde
Coordenador Nacional da Ação	José Raimundo Machado dos Santos
Unidade Executora	Departamento de Engenharia de Saúde Pública – DENSP

Quadro V – execução físico/orçamentária da ação 7684

META PROGRAMADA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	Exercício 2009		
			Esperado	Alcançado	Alcançado Esperado
Física					
1. Beneficiar 72 aldeias com saneamento básico para controle e prevenção de agravos	Aldeia beneficiada	Unidade	72	97	1,34
2. Elaboração de 13 projetos básicos de sistemas de abastecimento de água. Contratação de empresa especializada.	Projeto elaborado	Unidade	13	13	1
3. Acompanhar 68 convênios de exercícios anteriores.	Convênios acompanhados	Unidade	68	3	0,04
4. Acompanhar 35 obras de exercícios anteriores	Obras acompanhadas	unidade	35	35	1
Financeira					
10511-1287-7684-0001 005038			16.236.812,34	1.875.821,04	0,11
Análise – Plamsus					
<p>1. OBRAS DIRETAS: Foi programado 4,5 milhões para execução de 25 obras de sistemas de abastecimento de água e R\$ 9.997.805,50 para execução de 1746 MSD/Melhoria sanitária domiciliar de fibra (47 obras). Foi liberado pela FUNASA/Presidência apenas R\$ 2 milhões dos 4,5 milhões solicitados para execução das 25 obras diretas de sistemas de abastecimento de água/SAA nas aldeias indígenas do Estado. Encontra-se em fase de elaboração dos PBS para execução de 15 obras diretas de SAA com os 2 milhões liberados pela FUNASA/Presidência. Foi liberado pela FUNASA/Presidência R\$ 2.004.142,00 dos R\$ 9.997.805,50 solicitados. Encontra-se em fase de elaboração dos PBS para execução de 350 MSD de fibra com o valor descentralizado pela FUNASA/Presidência. Em 30/10/2009: Foram elaborados 9 processos de PBS para atender 16 aldeias com obras diretas de sistema de abastecimento de água no valor total de R\$ R\$1.984.659,11. Os processos encontram-se com a PGF para Parecer do Procurador, para após dar início aos procedimentos licitatórios. Foram elaborados 7 processos de PBS para atender 7 aldeias com obras diretas de melhorias sanitárias domiciliares no valor total de R\$ 1.999.998,00. Os processos encontram-se com a PGF para Parecer do Procurador, para após dar início aos procedimentos licitatórios. Em 07/01/2010 Obra MSD Houve a revogação dos processos licitatórios das Tomadas de Preços, cujo objeto tratava da implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares/MSD em Plástico Reforçado com Fibra de Vidro nas aldeias indígenas de Mato Grosso do Sul, devido o custo unitário da melhoria ter ultrapassado o valor estimado na planilha orçamentária apresentada pela FUNASA. Portanto FUNASA/Presidência estornou R\$ 2.004.142,00. Foi solicitada a descentralização do orçamento, para 2010 tentar novamente realizar o processo licitatório. Obra ÁGUA Foram licitados e homologados processos para atender 14 aldeias indígenas com sistema de abastecimento de água, os processos encontram-se na DIADM/SALOG para elaboração dos contratos. Para 2 aldeias não houve propostas de empresas nos processos licitatórios. Também para outra 2 aldeias foi reprogramado o processo e para 1 aldeia o processo foi revogado.</p> <p>1.1. Justificativas: Em 07/01/2010 Obra MSD Houve a revogação dos processos licitatórios das Tomadas de Preços, cujo objeto tratava da implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares/MSD em Plástico Reforçado com Fibra de Vidro nas aldeias indígenas de Mato Grosso do Sul, devido o custo unitário da melhoria ter ultrapassado o valor estimado na planilha orçamentária apresentada pela FUNASA. Portanto FUNASA/Presidência estornou R\$ 2.004.142,00. Foi solicitada a descentralização do orçamento, para 2010 tentar novamente realizar o processo licitatório. Obra ÁGUA Foram licitados e homologados processos para atender 14 aldeias indígenas com sistema</p>					

<p>1.2.</p>	<p>de abastecimento de água, os processos encontram-se na DIADM/SALOG para elaboração dos contratos. Para 2 aldeias não houve propostas de empresas nos processos licitatórios. Também para outra 2 aldeias foi reprogramado o processo e para 1 aldeia o processo foi revogado.</p> <p>Pessoa capacidade e qualificada especificamente para elaborar os PBS/Pedidos de Bens e Serviço atendendo a lei 8666 e Instrução Normativa 02, com parecer da PGF deferindo os processos. FUNASA/Presidência mais agilidade e rapidez na descentralização orçamentária para não prejudicar a execução da obra.</p>
<p>2.</p>	<p>Foi solicitado a FUNASA/Presidência a descentralização de R\$ 450 mil para contratação de empresa especializada para elaboração de 13 projetos básicos de SAA de 13 aldeias indígenas do Estado. Até a presente data não foi descentralizado o valor solicitado. A DIESP encontra-se em fase de elaboração de PBS e aguardando a descentralização. Em 06/11/09: Até a presente data não foi descentralizado o valor solicitado. A DIESP encontra-se em fase de elaboração de PBS e aguardando a descentralização. EM 07/01/2010: O valor solicitado foi descentralizado pela FUNASA/PRESIDÊNCIA porém segundo CPL não teria tempo hábil para licitar, portanto o orçamento estornou a Brasília para ser reenviado a COREMS em 2010.</p> <p>2.1. Justificativas: EM 07/01/2010: O valor solicitado foi descentralizado pela FUNASA/PRESIDÊNCIA porém segundo CPL não teria tempo hábil para licitar, portanto o orçamento estornou a Brasília para ser reenviado a COREMS em 2010.</p> <p>2.2. Medidas: Pessoa capacidade e qualificada especificamente para elaborar os PBS/Pedidos de Bens e Serviço atendendo a lei 8666 e Instrução Normativa 02, com parecer da PGF deferindo os processos. FUNASA/Presidência mais agilidade e rapidez na descentralização orçamentária para não prejudicar a execução da obra.</p>
<p>3.</p>	<p>São 59 processos de projetos em área indígena, sendo 1 de MSD/Melhoria Sanitária Domiciliar e 58 de SAA/Sistema de Abastecimento de Água. 53 já aprovados no SISCON e 6 encontram-se em fase de aprovação, sendo que todas as 59 visitas preliminares foram realizadas no primeiro semestre 2009. Convênio n. 1424/05 até a presente data não foi liberada nenhuma parcela pela FUNASA/Presidência. Convênio n. 1423/05 até a presente data não foi liberada nenhuma parcela pela FUNASA/Presidência. Convênio n. 1428/05 foi cancelado pela FUNASA/Presidência, porém foi realizado acompanhamento em 16/07/09. Convênio n. 1422/05 Prestação de contas aprovada, falta liberação da última parcela pela FUNASA/Presidência. Convênio n. 672/03 encontra-se em TCE/Tomada de Contas Especial. Convênio n. 2383/05 obra concluída e prestação final de contas aprovada. convênio n. 1973/04 até a presente data não foi liberada nenhuma parcela pela FUNASA/Presidência. Convênio n. 845/06 liberada 1ª parcela, visita técnica para aprovação da prestação parcial de contas execução física a ser realizada no período de 14 a 17-07-09. Convênio n. 2101/05 até a presente data não foi liberada nenhuma parcela pela FUNASA/Presidência. EM 06-11-09: Com relação aos convênios n. 1424/2005 (Aldeia Taquaperi) e 1423/2005 (Aldeia Limão Verde) até a presente data não foram liberadas nenhuma parcela pela FUNASA/PRESIDENCIA; Convênio n. 1428/2005 foi cancelado pela FUNASA/PRESIDÊNCIA; Convênio n. 1422/2005 (Aldeia Amambai) falta concluir 5 MSD/Melhoria Sanitária Domiciliar. Falta liberação da última parcela para concluir a obra. Convênio n. 672/2003 encontra-se em TCE/Tomada de Contas Especial. Convênio n. 2383/2005 obra concluída e prestação final de contas aprovada. Convênio n. 1973/2004 até a presente data não foi liberada nenhuma parcela pela FUNASA/PRESIDENCIA. Convênio n. 2101/2005 até a presente data não foi liberada nenhuma parcela pela FUNASA/PRESIDÊNCIA. Convênio n. 845/2006 liberada 2ª parcela, aguardando prestação parcial de contas para agendar vistoria técnica in loco. OS 59 processos de projetos em área indígena, sendo 1 de MSD/Melhoria Sanitária Domiciliar e 58 de SAA/Sistema de Abastecimento de Água encontram-se em fase de elaboração de edital para licitação no GOVERNO DO ESTADO. EM 07/01/2010: Com relação aos convênios n. 1424/2005 (Aldeia Taquaperi) e 1423/2005 (Aldeia Limão Verde) até a presente data não foram liberadas nenhuma parcela pela FUNASA/PRESIDENCIA; Convênio n. 1422/2005 (Aldeia Amambai) falta concluir 5 MSD/Melhoria Sanitária Domiciliar. Falta liberação da última parcela para concluir a obra. Convênio n. 672/2003 encontra-se em TCE/Tomada de Contas Especial. Convênio n. 1973/2004 até a presente data não foi liberada nenhuma parcela pela FUNASA/PRESIDENCIA. Convênio n. 2101/2005 até a presente data não foi liberada nenhuma parcela pela FUNASA/PRESIDÊNCIA. Convênio n. 845/2006 liberada 2ª parcela, obra em andamento 23,08% última visita em 15/07/2009. OS 59 processos de projetos em área indígena, sendo 1 de MSD/Melhoria Sanitária Domiciliar e 58 de SAA/Sistema de Abastecimento de Água encontram-se em fase de licitação de contratação de empresa especializada para elaboração dos projetos executivos, pelo GOVERNO DO ESTADO.</p> <p>3.1. Justificativas: OS 59 processos de projetos em área indígena, sendo 1 de MSD/Melhoria Sanitária Domiciliar e 58 de SAA/Sistema de Abastecimento de Água encontram-se em fase de licitação de contratação de empresa especializada para elaboração dos projetos executivos, pelo GOVERNO DO ESTADO.</p> <p>3.2. Medidas: A COREMS/FUNASA deve ter os projetos básicos e executivos de todas as aldeias indígenas do Estado de MS, assim o Governo do Estado estaria licitando somente a execução dos referidos projetos.</p>
<p>4.</p>	<p>São 35 obras diretas de sistemas de abastecimento de água nas aldeias indígenas do Estado, orçamento 2008. 31 obras encontram-se concluídas e 4 em fase de conclusão, mas houve o acompanhamento das 35 obras. Em 04/11/09: Todas as 35 obras encontram-se concluídas. Em 07/01/2010: Todas as obras encontram-se concluídas.</p>

Fonte – SIAFI/GERENCIAL - PLAMSUS

PROGRAMA: 8007 - Resíduos Sólidos Urbanos

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Promover e difundir a gestão ambiental, a produção e o consumo sustentável nos ambientes urbanos e rurais e nos territórios dos povos e comunidades tradicionais
Objetivos específicos	Ampliar a área de cobertura e eficiência dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, com ênfase no encerramento de lixões, na redução, no reaproveitamento e na reciclagem de materiais, por meio da inclusão socioeconômica de catadores.
Gerente do programa	Vicente Andreu Guillo
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Andrea Simioli
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	
Público-alvo (beneficiários)	População localizada em áreas de maior concentração de pobreza do país e/ou de fragilidade físico-ambiental; em municípios de pequeno e médio portes, nas periferias de grandes centros e de regiões metropolitanas.

Quadro VI – execução orçamentária programa 8007

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ELEMENTO DE DESPESA	Exercício 2009
		Despesa realizada
Não houve descentralização orçamentária pra esse programa no exercício de 2009		

Fonte: SIAFI/GERENCIAL

Ação: 10GG - Implantação e Melhoria de Sistema Público de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)	
Tipo da Ação	Projeto
Finalidade	Apoiar, técnica e financeiramente, os estados e municípios na implantação, ampliação ou melhoria dos sistemas de coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos para prevenção e controle de agravos nas áreas mais carentes do país e com população inferior a 50.000 habitantes, preferencialmente, nos municípios acometidos de incidência da dengue.
Descrição	A ação de implantação e ampliação dos sistemas de limpeza pública, acondicionamento, coleta, disposição final e tratamento de resíduos sólidos urbanos contempla intervenções que visam contribuir para a universalização dos serviços de coleta, limpeza pública, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos nas áreas mais carentes do país e com população inferior a 30.000 habitantes, preferencialmente, nos municípios acometidos de incidência da dengue, e será implementada por intermédio das modalidades relacionadas a seguir: a) acondicionamento, coleta e transporte; implantação de sistema de coleta convencional e/ou seletiva, incluindo a aquisição de veículos, material e equipamentos para acondicionamento (cestas e contenedores para Postos de Entrega Voluntária - PEV e Locais de Entrega Voluntária - LEV instalados em logradouros públicos); b) unidades de disposição final - aterros sanitários ou de rejeitos. É passível de apoio financeiro toda a infra-estrutura para implantar aterros sanitários, incluindo: acesso; proteção adequada da área (cercamento e barreira vegetal); edificações de controle e apoio (balança, escritório, oficina de reparos, etc.), drenagem pluvial de chorume e de gases, impermeabilização de base, tratamento do chorume e equipamentos para operação. c) unidades de tratamento - triagem e/ou compostagem. É passível de apoio financeiro toda a infra-estrutura de implantação de unidades de tratamento de resíduos, bem como galpão para separação de resíduos destinados a

	catadores, incluindo obras civis, materiais e equipamentos; pátio de compostagem; balança; aterro de rejeitos e equipamentos para a operacionalização da unidade de tratamento. d) erradicação de "lixões" e recuperação das áreas degradadas.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde
Coordenador Nacional da Ação	José Raimundo Machado dos Santos
Unidade Executora	Departamento de Engenharia de Saúde Pública da Funasa – DENSP

Quadro VII – execução físico/orçamentária da ação 10GG

META PROGRAMADA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	Exercício 2009		
			Esperado	Alcançado	Alcançado Esperado
Física					
1. Apoiar beneficiamento de 3902 famílias com a implantação e melhorias de sistema públicos de manejo de resíduos sólidos.	Família beneficiada	Unidade	3902	0	0
2. Analisar 3 projetos de implantação e melhoria de sistemas públicos de maneios de resíduos sólidos (relativos a pleitos 2009)	Projeto analisado	Unidade	3	0	0
3. Acompanhamento de 7 convênios de exercício anteriores	Convênios acompanhados	Unidade	7	6	0,86
4. Realizar visitas de acompanhamento de convênios 2009.	Visita de acompanhamento realizada	Unidade	3	0	0
Financeira					
Não houve descentralização de recurso no exercício			10.823,40		
Análise – Plamsus					
1. quantitativo de 3902 famílias beneficiadas foi uma expectativa para o exercício de 2009, sendo que não ocorreu nenhum pleito. 1.1. Justificativa: Não houve convênio assinado					
2. Esperava-se analisar 3 projetos de implantação e melhoria de sistema público de manejo de resíduos sólidos, no entanto não houve pleitos. 2.1 justificativa: não houve convênio assinado					
3. depois de uma reanálise, concluiu-se que o convênio 0224/2004 havia sido concluído no exercício de 2008, sendo excluído da previsão. no entanto houve a inclusão do convênio 194/2006 - cidema, não alterando o quantitativo previsto. janeiro - houve visita no convênio 194/2006 - cidema constatando que não houve repasse financeiro. abril - houve visita no convênio 2376/2005 - campo grande constatando 42% de execução. maio - houve visita no convênio 420/03 - fátima do sul com 90% de execução e no convênio 1650/07 - anastácio. setembro - houve 2ª visita no convênio 1650/07 - anastácio. outubro - houve visita no convênio 1166/07 - corumbá não havendo repasse orçamentário. novembro - houve visita no convênio 1587/07 - cidema constatando 21,46% de execução e 3ª visita no convênio 1650/07 - anastácio com 80% de execução. análise: conforme as informações a cima, considerando os 7 convênios previstos (2376/05; 420/03; 194/06; 1587/07; 1650/07; 1166/07; 1649/07) foram acompanhados 86% dos mesmos. sendo que, com 0% de execução existem 2 (1 pac e 1 emenda), com a cima de 50% de execução 2 (1 pac e 1 emenda), e abaixo de 50% existem 2 (1 pac e 1 emenda). 3.1 justificativa: O convênio 1649/07 não foi aprovado no SISCOB por falta de licença ambiental. 3.2. mediadas: Aguardando providências do município já demandado pela Funasa.					
4. Eperava-se que fossem realizadas 3 visitas de acompanhamento, mas não houve pleito para esta ação. 4.1. Justificativa: Não houve convênio assinado.					

Fonte – SIAFI/GERENCIAL - PLAMSUS

PROGRAMA: 0122 - Serviços Urbanos de Água e Esgoto

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Ampliar o acesso aos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos, com vistas à universalização
Objetivos específicos	Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços públicos urbanos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.
Gerente do programa	Leodegar da Cunha Tiscoski
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Andrea Simioli
Indicadores ou parâmetros utilizados para	Taxa de execução de obras de esgotamento sanitário (%) Taxa de execução de obras de abastecimento de água (%)

avaliação do programa	Taxa de domicílios com Melhorias Sanitárias Domiciliares (%)
Público-alvo (beneficiários)	População urbana de menor nível socioeconômico, e a residente em área de habitação subnormal, em periferias de grandes centros e em municípios de pequeno porte.

Quadro VIII – execução orçamentária programa 0122

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ELEMENTO DE DESPESA	Exercício 2009
		Despesa realizada
10122-0122-2272-0001 005003	14	221.307,34
	30	1.038.901,80
	33	162,40
	36	27.085,74
	37	193.014,49
	39	1.873.731,94
	47	8.700,00
	51	83.226,92
	52	148.578,40
10541-0122-6908-0001 005206	92	9.526,98
	14	49.116,40
	36	1.000,98
	39	1.010,00
TOTAL		R\$ 3.655.363,39

Fonte: SIAFI/GERENCIAL

Ação: 2272 - Gestão e Administração do Programa

Tipo da Ação	Projeto
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde
Coordenador Nacional da Ação	José Raimundo Machado dos Santos
Unidade Executora	Departamento de Engenharia de Saúde Pública – DENSP

Quadro IX – execução orçamentária ação 2272

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ELEMENTO DE DESPESA	Exercício 2009
		Despesa realizada
10122-0122-2272-0001 005003	14	221.307,34
	30	1.038.901,80
	33	162,40
	36	27.085,74
	37	193.014,49
	39	1.873.731,94
	47	8.700,00
	51	83.226,92

	52	148.578,40
	92	9.526,98
TOTAL		R\$ 3.604.236,01

Fonte: SIAFI/GERENCIAL

Ação: 6908 - Fomento à Educação em Saúde voltada para o Saneamento Ambiental	
Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Assessorar gestores e técnicos em todos os níveis para o desenvolvimento de ações permanentes de comunicação e educação em saúde, por meio da mobilização social, visando à promoção da saúde, prevenção e controle de doenças e agravos, ocasionados pela falta e/ou inadequação de ações de saneamento ambiental.
Descrição	As ações de Educação em Saúde e Mobilização Social nos projetos de saneamento ambiental financiados junto aos estados e municípios pela Funasa têm o sentido de fomentar, apoiar e fortalecer ações que resultem em efetiva melhoria na qualidade de vida da população beneficiada. A proposta é garantir que as melhorias em saneamento ambiental implementada nos municípios de até 50.000 habitantes, nos projetos das áreas metropolitanas e em áreas especiais (assentamentos, remanescentes de quilombo e áreas extrativistas) integrem-se de forma harmoniosa e sustentável nas comunidades, garantindo a inclusão social por intermédio do acesso das populações vulneráveis aos serviços a que têm direito e colaborando para a adequada e transparente aplicação dos recursos públicos nessa área, inclusive estimulando a parceria junto a outros projetos e programas de iniciativa governamental e não governamental. Com essas ações, esperam-se iniciativas nos municípios beneficiados. Para tal é necessário o assessoramento técnico qualificado, por intermédio das ações discriminadas a seguir: atuação junto aos gestores e técnicos em todos os níveis visando sensibilizá-los para a importância do desenvolvimento de atividades permanentes de Comunicação e Educação em Saúde; apoio técnico aos profissionais que atuam nas diversas instâncias de governo, representantes de ONGs para a elaboração, execução, acompanhamento e supervisão de projetos, programas e atividades educativas de caráter permanente; ampliação do Programa de Educação em Saúde e Mobilização Social (PESMS), financiada por recursos de convênio, para que se torne gerador/estimulador de outros projetos de alcance social; incentivo à integração das ações permanentes de Comunicação e Educação em Saúde a outros projetos sociais/comunitários visando estimular a participação, controle e inclusão sociais, geração de emprego e renda; fomento à organização de estruturas e equipes locais para o desenvolvimento de ações permanentes de Educação em Saúde; incremento ao apoio logístico e de recursos humanos às Assessorias de Comunicação e Educação em Saúde (ASCOM) das Coordenações Regionais da Funasa, por intermédio da aquisição de equipamentos e insumos, pagamento de diárias e passagens, prestação de serviços de terceiros por pessoas física e jurídica visando o cumprimento das ações propostas.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde
Coordenador Nacional da Ação	Domingos Augusto Germano Xisto da Cunha
Unidade Executora	Assessoria de Comunicação e Educação em Saúde – ASCOM

Quadro X – execução físico/orçamentária da ação 6908

META PROGRAMADA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	Exercício 2009		
			Esperado	Alcançado	Alcançado Esperado
Física					
1. Apoiar o Beneficiamento de municípios contemplados no Plano de Aceleração do Crescimento - PAC com a implantação de ações de Educação em Saúde e Mobilização Social nos Projetos de saneamento.	Município Beneficiado	Unidade	28	0,0	0
2. Beneficiar municípios <i>conveniados</i> com a Funasa, com a implantação de ações de Educação em Saúde e Mobilização Social nos Projetos de	Município Beneficiado	Unidade	54	29	0,53

saneamento de exercícios anteriores 2003, 2004 e 2005 PESMS.					
3. Assessorar municípios na implantação dos Núcleos de Educação em Saúde.	Município Beneficiado	Unidade	28	0,0	0
Financeira					
10541-0122-6908-0001 005206			31.704,48	51.127,38	1,61
Análise					
<p>Dos 54 (cinquenta e quatros) municípios programados no item (2) do quadro acima, apenas 29 (vinte e nove) municípios, foram possíveis beneficiar com Visitas Técnicas e implantação de Ações de Educação em Saúde e Mobilização Social – PESMS. Tornando assim em um percentual de 53,7 % (por cento) do programado.</p> <p>a) Principais resultados – Os avanços conquistados no item (2) do quadro acima citado foram positivos, quanto à ótima qualidade das ações aplicadas pelas Assistentes Sociais dos municípios contemplados com os convênios/FUNASA/MS. Tornando Parceiras e Facilitadoras das nossas Visitas Técnicas “IN LOCO” de Acompanhamento e Orientação de implantação e ampliação de Ações de Educação em Saúde e Mobilização Social, e para Elaboração de Parecer Técnico Conclusivo para Prestação de Contas Final inerente as Ações/atividades do PESMS dos exercícios anteriores; 2003, 2004 e 2005.</p> <p>Quanto aos itens 1 e 3, não foram possível avançar no apoio e assessoramento para implantação de Ações de Educação em Saúde e Mobilização Social no Plano de Aceleração do Crescimento – PAC bem como na Implantação e formação de Núcleos de Educação em Saúde nos 28 municípios programados com ações de saneamento básico contemplados pelo PAC. Tornando assim um percentual de 0,0 % (por cento).</p> <p>b) Principais Problemas – Os problemas encontrados para realização das Ações referente ao item (2), são de natureza Orçamentária e Financeira, pois para cumprirmos essa meta necessitamos de deslocarmos aos municípios no intuito de realizarmos Visitas Técnicas “IN LOCO” TANTO DE Acompanhamento quanto de Supervisão Técnica, e isso requer custos com pagamento de Concessão de Diárias tanto para o Técnico responsável pelas Visitas quanto para o Motorista que irá conduzir a Viatura Oficial juntamente com o Técnico aos municípios a serem visitados. E no ano de 2009, a Equipe de Educação em Saúde/ASCOM/COREMS, ora fazia parte do (TETO) da DIADM/COREMS ora TETO da DIESP/COREMS. Tornando assim muitas das vezes um dificuldade dor na realização das Ações de Educação em Saúde, pois essas Divisões também tem sua rotina de trabalho (ações) com o mesmo TETO no sistema SCDP.</p> <p>Em relação aos itens 1 e 3, os Principais Problemas encontrados foram à falta de liberação de Recursos aos municípios contemplados pelo Plano de Aceleração do Crescimento PAC. Que só veio acontecer a partir do mês de setembro de 2009 para os planos elaborados nos exercícios de 2007 e 2008. Impossibilitando assim a Equipe de Educação em Saúde a Realizar as Ações Programadas nos referidos itens.</p> <p>c) Contratações e Parcerias – Quanto as Parcerias podemos afirmar que os gestores são parceiros na implantação e implementação das Ações/atividades após a nossa Visita Técnica para esclarecimento da importância de se realizar uma boa ação de Educação em Saúde e Mobilização Social às comunidades beneficiadas com as obras de saneamento básicos pactuadas entre municípios e FUNASA/MS, bem como cumprir com as exigência das Portarias e Instruções Normativas que regulamenta repasse e celebrações de Convênios com o Governo Federal.</p>					

Fonte – SIAFI/GERENCIAL – EDUCAÇÃO EM SAÚDE/COREMS

Ação: 7652 - Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos	
Tipo da Ação	Projeto
Finalidade	Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos de condições sanitárias adequadas visando à prevenção e controle de doenças e agravos.
Descrição	Melhorias Sanitárias Domiciliares são intervenções promovidas, prioritariamente, nos domicílios e eventualmente intervenções coletivas de pequeno porte. Incluem a construção de módulos sanitários, banheiro, privada, tanque séptico, sumidouro (poço absorvente), instalações de reservatório domiciliar de água, tanque de lavar roupa, lavatório, pia de cozinha, ligação à rede pública de água, ligação à rede pública de esgoto, dentre outras. São consideradas coletivas de pequeno porte, por exemplo: banheiro público, chafariz público, ramais condominiais, tanque séptico, etc. Pode também fomentar a implantação de oficina municipal de saneamento.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde
Coordenador Nacional da Ação	José Raimundo Machado dos Santos
Unidade Executora	Departamento de Engenharia de Saúde Pública – DENSP

Quadro XI – execução físico/orçamentária da ação 7652

META PROGRAMADA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	Exercício 2009		
			Esperado	Alcançado	Alcançado Esperado
Física					
1. Realizar visita de Convênio de 2009	Visita de acompanhamento realizada	Unidade	7	0	0
2. Acompanhamento de 28 Convênios de exercícios anteriores.	Convênios acompanhados	Unidade	24	18	0,75
3. Analisar 7 Projetos de Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para prevenção e controle de agravos.	Projetos analisados	Unidade	7	2	0,28
4. Apoiar beneficiamento de 350 famílias com implantação de MSD, para prevenção de controle de agravos	Família beneficiada	Unidade	350	200	1,75
Financeira					
Não houve descentralização orçamentária no exercício			38.964,24		
Análise – Plamsus					
<p>1. embora exista dois convênios (659/09 e 763/09), não houve tempo hábil para fazer visita de acompanhamento</p> <p>1.1. justificativa: não houve tempo hábil</p> <p>1.2. medidas: com a contratação ocorrida no final do exercício de 2009, que fortaleceu a equipe técnica, espera-se que no exercício de 2010 ocorra o acompanhamento para os convênios firmados.</p>					
<p>2. Em segunda Análise identificamos, que dos 28 Convênios de Exercícios Anteriores considerados nesta Subação, 03 haviam sido concluídos (1167/05-1168/05-0856/06) antes de 2009 e 01 não formalizado processo (674/08), portanto excluído do SISCON. Sendo assim, o quantitativo correto para monitoramento passa a ser 24 convênios. MAIO - Foi realizado acompanhamento do Convênio 222/04 no município de Tacuru, constatando-se Obra Concluída. JUNHO - Foi realizado acompanhamento no Convênio de número 761/08 no município de Porto Murtinho, em andamento. JULHO - Foram acompanhados quatro Convênios, 219/04 Caarapó - 495/03 Guia Lopes da Laguna - 497/03 Pedro Gomes e 863/06 três Lagoas, todos encontram-se concluídos. AGOSTO - Tacuru CV.766/08, Meta Física de 20,34%; Ribas do Rio Pardo CV. 765/08 Meta Física de 10,13; Iguatemi TC.762/08 Meta Física 54,71%; Coronel Sapucaia CV. 760/08 Meta Física 15,62%; Bela Vista CV. 764/08 Meta Física 19,96%; Caracol CV. 2994/06 Meta Física 62,79% SETEMBRO - JAPORÁ CV.739/08, Meta Física 18,18%; Amambai CV.763/08 Meta Física 54,12%; Realizado 2º Visita no CV. 761/08 Porto Murtinho Meta Física 32,80%, quantificada no mês junho. OUTUBRO - Douradina CV 738/08 Meta Física 8,84%; Paranhos CV 740/08 Meta Física 20,21%; Realizada 2º Visita no CV 765/08 Ribas do Rio Pardo Meta Física 54,89% quantificada no mês de agosto. NOVEMBRO - Figueirão CV 744/08 Meta Física 33%; foram realizadas 2º Visita nos CVs 760/08 Coronel Sapucaia Meta Física 36,88% e 764/08 Bela Vista Meta Física 35% quantificados no mês de Agosto. DEZEMBRO - Sonora CV 531/07 Meta Física 8,65%, foi realizada a 3º Visita no CV 761/08 Porto Murtinho com Meta Física 38,52% quantificada no mês de junho. Assim, com base na análise das informações prestadas para o "Produto", podemos concluir que para meta estabelecida de "24 convênios de exercícios anteriores, foram computados 75% com acompanhamento realizado. Embora as diversas dificuldades constatadas durante o exercício de 2009, dos 18 convênios acompanhados, foram considerados: 05 convênios concluídos: TACURU 222/2004, CAARAPO 219/2004, QUIA LOPES DA LAGUNA 495/2003, PEDRO GOMES 497/2003, TRES LAGOAS 0863/06, todos emenda 04 convênios com execução = 51% a 70% (3-PAC; 1-EMENDA) Iguatemi TC.762/08 Meta Física 54,71%; Caracol CV. 2994/06 Meta Física 62,79% Amambai CV.763/08 Meta Física 54,12%; CV 765/08 Ribas do Rio Pardo Meta Física 54,89% 04 convênios com execução = 31% a 50% (4-PAC) Figueirão CV 744/08 Meta Física 33%; CVs 760/08 Coronel Sapucaia Meta Física 36,88%; CV 764/08 Bela Vista Meta Física 35% CV 761/08 Porto Murtinho com Meta Física 38,52% 05 convênios com execução = 0% a 30% (4-PAC; 1-EMENDA) Tacuru CV.766/08, Meta Física de 20,34%; JAPORÁ CV.739/08, Meta Física 18,18%; Douradina CV 738/08 Meta Física 8,84%; Paranhos CV 740/08 Meta Física 20,21%; Sonora CV 531/07 Meta Física 8,65%</p> <p>2.1. Justificativa: tempo hábil</p> <p>2.2. Medidas: no final do exercício de 2009 foram contratados mais 3 técnicos que fortalecerá a equipe para o exercício de 2010</p>					
<p>3. em uma análise preliminar, contactou-se que os convênios firmados em 2009 (656 - PM AQUIDAUANA e 763 - PM CORGUINHO) beneficiaram aproximadamente 200 famílias</p> <p>3.1. justificativa: esperava-se que no exercício de 2009 fosse confirmada assinatura de 7 (sete) convênios, no entanto apenas dois municípios foram contemplados.</p> <p>3.2. Medidas: não existe medida a ser tomada para o cumprimento desta meta.</p>					
<p>4. Em uma análise preliminar, constatou-se que os convênios firmados em 2009 (656 - PM AQUIDAUANA e 763 - PM DE CORGUINHO) beneficiaram aproximadamente 200 famílias.</p> <p>4.1 justificativa: esperava-se que no exercício de 2009 fosse confirmada assinatura em 7 (sete) convênios, no entanto apenas dois municípios foram contemplados</p> <p>4.2 não existe medida a ser tomada para o cumprimento desta meta.</p>					

Fonte – SIAFI/GERENCIAL - PLAMSUS

Ação: 10GD – Implantação e Melhorias de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos, Exclusivo de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)	
Tipo da Ação	Projeto
Finalidade	Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos com abastecimento público de água adequado visando à prevenção e ao controle de doenças e agravos.
Descrição	Implantação e/ou a ampliação e/ou a melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água, contemplando a elaboração de planos diretores e projetos, a realização de obras, incluindo ligação domiciliar, rede de distribuição e estação de tratamento, e ações voltadas para a sustentabilidade dos mesmos.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde
Coordenador Nacional da Ação	José Raimundo Machado dos Santos
Unidade Executora	Departamento de Engenharia de Saúde Pública - DENSP
Área Responsável por Gerenciamento ou Execução	Coordenação Geral de Engenharia e Arquitetura - CGEAR
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria MS nº 1.776/2003 – SEÇÃO IX - Art. 75.

Quadro XII – execução físico/orçamentária da ação 10GD

META PROGRAMADA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	Exercício 2009		
			Esperado	Alcançado	Alcançado Esperado
Física					
1. realizar acompanhamento de convênios exercício 2009	Convênios acompanhados 2009	Unidade	3	0	0
2. analisar 3 projetos de implantação e melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água exercício de 2009	Projeto analisado	Unidade	3	0	0
3. apoiar beneficiamento de 3900 famílias com a implantação e melhorias de sistemas públicos de abastecimento de água	Família beneficiada	Unidade	3.900	0	0
4. acompanhar 27 convênios de exercícios anteriores	Convênios acompanhados	Unidade	27	5	0,18
Financeira					
Não houve descentralização orçamentária no exercício			32.470,20		
Análise – Plamsus					
<p>1. A COREMS estimou o número de convênios 2009. Até a presente data não existe processo de projeto implantação e melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água 2009 protocolados. Em 06/11/2009: Até a presente data não existe processo de projeto implantação e melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água 2009 protocolados. Em 07/01/2010: Até a presente data não existe processo de projeto implantação e melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água 2009 protocolados.</p> <p>1.1. Justificativa: Em 07/01/2010: Porque não existe processo de projeto implantação e melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água 2009 protocolados.</p> <p>1.2. Medidas: Os pleitos devem ser protocolados a partir de interesses das prefeituras, secretarias ou governo do Estado, que são as entidades convenentes.</p>					
<p>2. COREMS estimou a análise de 3 projetos. Até a presente data não foi protocolado nenhum processo de projeto de implantação e melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água 2009. Em 06/11/2009: Até a presente data não existe nenhum processo protocolado na COREMS para implantação e melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água 2009. Em 07/01/2010: Até a presente data não existe nenhum processo protocolado na COREMS para implantação e melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água 2009.</p> <p>2.1. Justificativa: Em 07/01/2010: Porque nenhum processo foi protocolado na COREMS para implantação e melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água 2009</p> <p>2.2. Medidas: Os pleitos devem ser protocolados a partir de interesses das prefeituras, secretarias e governo do Estado, que são as entidades convenentes.</p>					
<p>3. A COREMS estimou apoiar o beneficiamento de 3.900 famílias. Não existe nenhum processo protocolado na COREMS para SAA - sistema de abastecimento de água 2009. Em 06/11/09: Até a presente data não existe nenhum processo protocolado na COREMS para SAA - sistema de abastecimento de água 2009. Em 07/01/2010: Até a presente data não</p>					

<p>existe nenhum processo protocolado na COREMS para SAA - sistema de abastecimento de água 2009.</p> <p>3.1. Justificativas: Em 07/01/2010: Porque não existe nenhum processo protocolado na COREMS para SAA - sistema de abastecimento de água 2009.</p> <p>3.2. Medidas: Os pleitos devem ser protocolados a partir de interesses das prefeituras, secretarias e governo do Estado, que são as entidades convenientes.</p>
<p>4.5 convênios de exercícios 2004 a 2006 4 convênios de exercícios 2007 18 convênios de exercícios 2008 Visita acompanhamento convenio 969/04 em 15/07/09. Visita acompanhamento convenio 2953/06 em 22/07/09. Em 06/11/2009: Convênio n. 1161/2005 nenhuma parcela foi liberada pela FUNASA/PRESIDÊNCIA. Convênio n. 2495/2005 obra paralisada aguardando liberação da última parcela pela FUNASA/PRESIDÊNCIA, para conclusão da obra. Convênio n. 2758/2006 obra em andamento, apresentada a primeira prestação de contas. Convênio n. 2953/2006 obra em andamento, executado aproximadamente 20%. Convênio n. 969/2004 falta liberar última parcela para conclusão da obra, última visita de acompanhamento foi em julho de 2009. Convênio n. 862/2006 não foi liberada nenhuma parcela até a presente data.</p> <p>4.1. Justificativa: Porque muitos processos de Convênio e TC/PAC encontram-se sem parcelas liberadas pela FUNASA/Presidência. Os processos de Convênio e TC/PAC que tiveram parcelas liberadas recentemente a entidade conveniente ainda não iniciou a obra pois esta em fase de licitação a contratação dos serviços.</p> <p>4.2. Medidas: FUNASA/Presidencia mais agilidade e rapidez na liberação das parcelas para não prejudicar a execução da obra.</p>

Fonte – SIAFI/GERENCIAL - PLAMSUS

Ação: 10GE – Implantação e Melhorias de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico

Tipo da Ação	Projeto
Finalidade	Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos de sistema público de coleta e tratamento de esgoto sanitário adequado visando a prevenção e o controle de doenças e agravos.
Descrição	Implantação e/ou a ampliação e/ou a melhoria de sistemas públicos de esgotamento sanitário, contemplando a elaboração de planos diretores e projetos, a realização de obras, incluindo ligação domiciliar, rede coletora e estação de tratamento, e ações voltadas para a sustentabilidade dos mesmos.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde
Coordenador Nacional da Ação	José Raimundo Machado dos Santos
Unidade Executora	Departamento de Engenharia de Saúde Pública – DENSP

Quadro XIII – execução físico/orçamentária da ação 10GE

META PROGRAMADA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	Exercício 2009		
			Esperado	Alcançado	Alcançado Esperado
Física					
1. Analisar 3 projetos de Implantação e Melhoria de Sistema Públicos de Esgotamento Sanitário (relativos pleitos 2009)	Projeto analisado	Unidade	3	5	1,66
2. Apoiar beneficiamento 3.900 famílias com a implantação e melhorias de sistema público de esgotamento sanitário.	Familia beneficiada	Unidade	3.900	3900	1
3. Acompanhar 60 convênios de exercícios anteriores.	Convênios acompanhados	Unidade	60	24	0,4
4. Acompanhar Convênios 2009.	Convênios acompanhados	Unidade	3	0	0
Financeira					
Não houve descentralização orçamentária no exercício			64.940,40		
Análise – Plamsus					
1. Foi estimado pela COREMS o número de convênios 2009. PORTARIA Nº.1229/2009-densp/27/10/2009, Aprovado município selecionado para apresentar projeto técnico e formalizar Termo de compromisso. Proponente deverá apresentar simultaneamente projeto técnico de engº. e preencher módulo de pré-projeto no sistema de gerenciamento de obras SIGOB disponível no sitio FUNASA na internete até 13/11/2009. Cinco municípios foram beneficiados. Bela vista/MS - Esgoto - 1.000.000,00. Bodoquena/MS - Esgoto - 2.214.400,00. Eldorado /MS - Esgoto - 1.173.247,60. São G. D'Oeste- Esgoto - 1.000.000,00. Jatei - Esgoto - 950.255,76 Em 07/01/2010: As prefeituras apresentaram os pleitos acima e estes encontram-se na fase 3 do SISCON, ou seja em análise técnica pelos engenheiros.					

<p>2. Esperado beneficiar 3.900 famílias ano 2009, estimativo. Aguardando pleitos FUNASA/PRESIDENCIAS. Nenhum processo protocolado na COREMS até a presente data. Em 07/01/2010: Cinco municípios foram beneficiados com a portaria 1229: Bela vista/MS - Esgoto - 1.000.000,00. Bodoquena/MS - Esgoto - 2.214.400,00. Eldorado /MS - Esgoto - 1.173.247,60. São G. D'Oeste- Esgoto - 1.000.000,00. Jatei - Esgoto - 950.255,76 As prefeituras apresentaram os pleitos acima e estes encontram-se na fase 3 do SISCON, ou seja em análise técnica pelos engenheiros.</p>
<p>3. 19 processos de projeto TC/PAC 2007 analisados e aprovados no SISCON. 16 processos de projeto TC/PAC 2008 analisados e aprovados no SISCON. -Convênio n. 2868/05 cancelado pela Proponente. -Convênio 2033/06 liberada 1ª parcela, visita técnica para aprovação da prestação final de contas programada para 11/08/09 -Convênio n. 2979/05 processo encontra-se na DIESP para emissão de parecer técnico aprovação prestação parcial de contas. -Convênio n 1032/04 foi solicitado pela proponente alteração plano de trabalho. Foi emitido parecer DIESP remanejamento. -Convênio n. 217/04 aguardando proponente apresentar prestação final de contas. -Convênio n. 1033/04 Aguardando prestação final de conta. e visita in loco para parecer final/DIESP. -Convênio n. 1425 obra iniciada, executada 10%. -Convênio n. 2970/05 aguardando prestação parcial de contas. -Convênio n. 1164/05 concluída c/prestação final de contas -Convênio n. 1165/05 concluída c/prestação final de contas. -Convênio n. 2030/06 Aguardando prestação final de conta. e visita in loco para parecer final/DIESP. -Convênio n. 2034/06 aguardando prestação final de contas. -Convênio n. 2041/06 obra concluída em 2008 -Convênio n. 854/06 aguardando liberação da 3ª parcela pela FUNASA/PRESIDENCIA. -Convênio n. 2952/06 aguardando prestação parcial de contas. -Convênio n. 1427/05 convenio encerrado. Prefeitura devolveu 2ª parcela paga, via GRU. -Convênio n. 2976/05 aguardando liberação 3ª parcela FUNASA/PRESIDENCIA, obra em andamento 70% executada. -Convênio n. 2978/05 obra em andamento 10%, aguardando prestação parcial de contas. -Convênio n. 1443/04 aguardando liberação 3ª parcela FUNASA/PRESIDENCIA -Convênio n. 2972/05 aguardando liberação 3ª parcela FUNASA/PRESIDENCIA. -Convênio n. 2973/05 convenio encerrado. Prefeitura devolveu 2ª parcela paga, via GRU. -Convênio n. 2974/05 obra concluída. -convênio n. 2975/05 obra em andamento 90%. -Convênio n. 1169/05 obra concluída. -Convênio n. 2993/06 aguardando cumprimento pendências, emitido ofício a proponente para providencias. Obra em andamento. Em 07/01/2010: 19 processos de projeto TC/PAC 2007 analisados e aprovados no SISCON. Apenas 1 obra iniciada TC/PAC 1648 em andamento 20,14% executada. Última visita em 18/08/2008. 16 processos de projeto TC/PAC 2008 analisados e aprovados no SISCON. Nenhuma obra iniciada. -Convênio 2033/06 em andamento 71% executada. Última visita em 04/08/09. -Convênio n. 2979/05 em andamento 37,83% executada. Última visita em 03/12/2009. -Convênio n 1032/04 em andamento 59% executada. Última visita em 21/07/2009. -Convênio n. 217/04 em andamento 77% executada. Última visita em 08/12/2009. -Convênio n. 1033/04 obra concluída. Última visita em 11/11/2009. -Convênio n. 1425/2005 em andamento 30% executada. Última visita em 08/12/2009. -Convênio n. 2970/05 aguardando prestação parcial de contas. -Convênio n. 2030/06 obra concluída. Última visita em 12/11/2009. -Convênio n. 2034/06 obra concluída. Última visita em 04/11/2009 e 21/12/2009. -Convênio n. 854/06 aguardando prestação de contas. -Convênio n. 2952/06 em andamento 16% executada. Última visita em 10/11/2009. -Convênio n. 2976/05 aguardando liberação 3ª parcela FUNASA/PRESIDENCIA, obra em andamento 70% executada. -Convênio n. 2978/05 obra em andamento 10%, aguardando prestação parcial de contas. -Convênio n. 1443/04 obra concluída. -Convênio n. 2972/05 em andamento 80% executada. Aguardando liberação 3ª parcela FUNASA/PRESIDENCIA. -convênio n. 2975/05 obra concluída. Última visita em 14/10/2009. -Convênio n. 2993/06 aguardando cumprimento pendências, emitido ofício a proponente para providencias. Obra em andamento 69%. Última visita em 15/10/2009.</p> <p>3.1. Justificativa: Aguardando liberação de parcelas pela FUNASA/Presidencia para início das obras. Os TC/PAC que tiveram parcelas liberadas a entidade conveniente esta licitando a execução das obras.</p> <p>3.2. Medidas: FUNASA/Presidencia mais agilidade e rapidez na liberação das parcelas para não prejudicar a execução e acompanhamento da obra.</p>
<p>4. Foi estimado pela COREMS o número de 3 convênios 2009, pois são pleitos que vem da FUANSA/Presidência para a COREMS. Até a presente data 04/11/2009, foi selecionada 04 pleito(esgoto)pela presidencia Portaria nº.1229/2009 de 27/10/2009, prefeitura de Mato Grosso do Sul. Porém não protocolado até esta data na CORE/MS. Data limite 13/11/2009. Em 07/01/2010: Cinco municípios foram beneficiados com a portaria acima: Bela vista/MS - Esgoto - 1.000.000,00. Bodoquena/MS - Esgoto - 2.214.400,00. Eldorado /MS - Esgoto - 1.173.247,60. São G. D'Oeste- Esgoto - 1.000.000,00. Jatei - Esgoto - 950.255,76 As prefeituras apresentaram os pleitos acima e estes encontram-se na fase 3 do SISCON, ou seja em análise técnica pelos engenheiros.</p> <p>4.1. Justificativa: De acordo com a portaria as entidades tinham até 13/11/2009 (final do ano 2009) para protocolar os processos. Portanto os processos foram protocolados e estão com projetos insuficientes encontrando-se em análise na DIESP e no aguardo de cumprimento de pendência por parte das prefeituras (convenientes), não tendo tido tempo hábil para realização de visita in loco e aprovação técnica no ano 2009.</p> <p>4.2. Medidas: A portaria deveria ter sido publicada anteriormente e não somente no final do ano, para que houvesse tempo hábil no ano 2009 para que as prefeituras (conveniente) elaborassem os projetos com qualidade e os protocolasse em tempo na COREMS para que os engenheiros analisassem os projetos e realizassem a visita técnica in loco com vistas a aprovação imediata.</p>

Fonte – SIAFI/GERENCIAL - PLAMSUS

PROGRAMA: 0150 – Proteção e Promoção dos Povos Indígenas

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Reorganizar e fortalecer o sistema nacional de política indigenista
Objetivos específicos	Garantir aos povos indígenas a manutenção ou recuperação das condições objetivas de reprodução de seus modos de vida e proporcionar-lhes oportunidades de superação das assimetrias observadas em relação à sociedade brasileira em geral
Gerente do programa	Márcio Augusto Freitas de Meira
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Nelson Calassar
Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa	Coeficiente de Incidência Parasitária de Malária na população indígena (1/1000) Coeficiente de Incidência de Tuberculose Bacilífera na população indígena (1/100.000) Coeficiente de Mortalidade Infantil entre crianças indígenas menores de 1 ano (1/1000)
Público-alvo (beneficiários)	Sociedades Indígenas

Quadro XIV – execução orçamentária programa 0150

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ELEMENTO DE DESPESA	Exercício 2009
		Despesa realizada
10122-0150-2272-0001 005004	14	22.903,04
	30	60.986,77
	33	16.000,00
	36	22.662,12
	37	42.727,40
	39	546.357,33
	47	7.952,07
	52	31.783,75
	92	3.254,06
	93	368,62
10423-0150-6140-0001 005016	39	13.000,00
10423-0150-8743-0001 021614	14	165.118,07
	30	1.538.259,78
	33	186.270,24
	36	180.062,12
	37	574.016,49
	39	922.291,66
	47	2.634,82
92	1.030,26	
10302-0150-3869-0001 005012	51	888.186,06
TOTAL		R\$ 5.225.864,66

Fonte: SIAFI/GERENCIAL

Ação: 2272 - Gestão e Administração do Programa	
Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de

	políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde
Coordenador Nacional da Ação	Wanderley Guenka
Unidade Executora	Departamento de Saúde Indígena – DESAI

Quadro XV – execução orçamentária da ação 2272

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ELEMENTO DE DESPESA	Exercício 2009
		Despesa realizada
10122-0150-2272-0001 005004	14	22.903,04
	30	60.986,77
	33	16.000,00
	36	22.662,12
	37	42.727,40
	39	546.357,33
	47	7.952,07
	52	31.783,75
	92	3.254,06
	93	368,62
TOTAL		R\$ 754.995,16

Fonte: SIAFI/GERENCIAL

Ação: 3869 - Estruturação de Unidades de Saúde para Atendimento à População Indígena.

Tipo da Ação	Projeto
Finalidade	Dotar o Subsistema de Atendimento à Saúde Indígena de estrutura física e de equipamentos necessários ao seu funcionamento e modernização.
Descrição	Construção, reforma, ampliação e equipagem de unidades de saúde (postos de saúde, pólos-base e casas de saúde do índio); aquisição de mobiliários em geral e equipamentos como veículos, embarcações, aparelhos de comunicação e demais bens necessários ao funcionamento das unidades.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde
Coordenador Nacional da Ação	Wanderley Guenka
Unidade Executora	Departamento de Saúde Indígena – DESAI

Quadro XVI – execução orçamentária da ação 3869

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ELEMENTO DE DESPESA	Exercício 2009
		Despesa realizada
10302-0150-3869-0001 005012	51	888.186,06
TOTAL		R\$ 888.186,06

Fonte: SIAFI/GERENCIAL

Ação: 6140 - Vigilância e Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas.

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Combater a desnutrição na população indígena
Descrição	Cadastramento das famílias indígenas no Cadastro Único; dotação extensiva de equipamento adequado para atenção alimentar e nutricional. Fomentar a alimentação saudável de acordo com as especificidades etno-culturais. Contribuir na formulação e implantação das políticas intersectoriais de segurança alimentar, gestão ambiental e desenvolvimento sustentável dos povos indígenas. Garantir a inclusão das populações indígenas nos instrumentos governamentais visando uma alimentação saudável e compatível com sua cultura.

Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde
Coordenador Nacional da Ação	Wanderley Guenka
Unidade Executora	Departamento de Saúde Indígena – DESAI

Quadro XVII – execução físico/orçamentária da ação 6140

META PROGRAMADA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	Exercício 2009		
			Esperado	Alcançado	Alcançado Esperado
Física					
Alcançar a cobertura de acompanhamento do estado nutricional em 97% das crianças menores de 5 anos do DSEI	% de crianças menores de 5 anos acompanhadas	%	97%	97,3%	1
Alcançar a cobertura de acompanhamento do estado nutricional em pelo menos 89% de gestantes do DSEI	% de gestantes acompanhadas	%	89%	90,2%	1
Financeira					
10423-0150-6140-0001 005016			55.800,00	13.000,00	0,23
Análise					
<p>Os resultados obtidos devem ser atribuídos a intensificação da busca ativa de crianças e gestantes realizada pelas Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena, especialmente pelos Agentes Indígenas de Saúde. Contribuiu ainda para implementação das ações em 2009, a Capacitação de Coordenadores Técnicos e Atenção Integrada às Doenças Prevalentes na Infância – AIDPI, durante as quais foram abordados os protocolos de intervenção dos principais agravos, além das metas e indicadores locais. Pode-se considerar com uma dificuldade do SISVAN indígena em 2009 a aplicação dos novos modelos de consolidados implantados pelo DSEI/DESAI no segundo semestre anual. A resolução consistiu na intensificação das visitas de supervisão técnica e orientação junto as EMSI's dos pólos base de Pólos base de Paranhos, Iguatemi, Tacuru, Amambai, Caarapó, Dourados e Sidrolândia. Para 2010, já foram previstos os pólos base de Antônio João, Aquidauana, Miranda, Bonito e Bodoquena.</p>					

Fonte – SIAFI/GERENCIAL - DSEI/COREMS

Ação: 8743 - Promoção, vigilância, proteção e recuperação da saúde indígena	
Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Disponibilizar serviços de saúde aos povos indígenas
Descrição	Assistência à saúde no âmbito dos DSEI: contratação de recursos humanos de nível médio e superior; aquisição de insumos estratégicos (medicamentos, imunobiológicos e correlatos) deslocamento das equipes multidisciplinares de saúde indígena e das equipes técnicas (aéreo, terrestre e fluvial) incluindo diárias e passagens; manutenção dos postos de saúde, dos polos base e das casas de saúde do Índio- CASAI (gêneros alimentícios, materiais de expediente, de limpeza e de higiene). Acompanhamento e supervisão sistemática às EMSI. Divulgação e visibilidade das ações realizadas (produção de publicações, manuais, cartilhas e correlatos); desenvolvimento e conclusão de estudos e pesquisa sobre saúde indígena; qualificação de profissionais de saúde de nível médio e superior para execução de ações de saúde para a população indígena; capacitação de lideranças indígenas para atuação como agente indígena de saúde; capacitação de técnicos para atuação na área gerencial das unidades de saúde nos DSEI; realização de educação continuada para as EMSI; capacitação de operadores do SIASI e monitores do DESAI; qualificação de profissionais de saúde e técnicos do DSEI em vigilância em saúde; capacitação para o uso de ferramentas informatizadas; acompanhamento da instalação, manutenção e aplicação de ferramentas informatizadas.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde
Coordenador Nacional da Ação	Wanderley Guenka
Unidade Executora	Departamento de Saúde Indígena – DESAI

Quadro XVIII – execução orçamentária da ação 8743

META PROGRAMADA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	Exercício 2009		
			Esperado	Alcançado	Alcançado Esperado
10423-0150-8743-0001 021614			*	3.569.683,44	
Comentário					
<p>A ação 8743 - Promoção, vigilância, proteção e recuperação da saúde indígena, engloba 9 (nove) subações da Coordenação de Mato Grosso do Sul codificadas no Sistema de Planejamento, Orçamento e Monitoramento das Ações do SUS Plamsus. São elas: Capacitação de profissionais na área indígena (29755); Implementação das ações de atenção integral a saúde da mulher e da criança indígena (28206); implementação de política de assistência farmacêutica para o subsistema de saúde indígena (29795); implementação de ações de atenção a saúde bucal para a população indígena (29756); implementação das ações de prevenção e controle de DST/HIV/AIDS na área indígena (32635); Implementação das ações de controle da tuberculose nas áreas indígenas (29735); implementação das ações de imunização nas aldeias (29736); implementação das ações de saúde mental para as populações indígenas (29815); promoção da educação em saúde dos povos indígenas (28200).</p> <p>*Como as subações se concentram na mesma ação, impossibilita mensurar para cada subação um valor orçamentário específico.</p>					

Fonte – SIAFI/GERENCIAL - PLAMSUS

Os quadros abaixo demonstraram a execução física das subações contidas na ação 8743 "Promoção, Vigilância, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena do Programa 0150 "Proteção e Promoção dos Povos Indígenas".

Quadro XIX – execução físico/orçamentária da subação 28200

SUBAÇÃO 28200 – PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE DOS POVOS INDÍGENAS					
META PROGRAMADA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	Exercício 2009		
			Esperado	Alcançado	Alcançado Esperado
Física					
1. Beneficiar polos com ações de Educação em Saúde e Mobilização Social na atenção integral à saúde dos povos indígenas.	Polos beneficiados	Unidade	13	13	1
2. Beneficiar 75 aldeia com ações de Educação em Saúde e Mobilização Social na Atenção Integral a Saúde dos Povos Indígenas	Aldeias beneficiadas	Unidade	75	75	1
Análise – Plamsus					
<p>1. Esse ano foi priorizado na área indígena a implantação do projeto "Fortalecimento das ações de Educação em Saúde nos Pólos Base (FAESP), tem como objetivo estabelecer uma referencia para a área nos Pólos Base. Dos 13 Pólos Base, apenas 02 tem estrutura que permite designar 2 pessoas para atuar na Educação, os demais devido a falta de servidores tem dificuldade em indicar um servidor como referencia. Detectamos que é necessário ter essa referencia para a área, que seja o elo entre equipe central e Pólos Base, para que se planeje, sistematize e avalie as ações educativas junto as equipes multidisciplinares de saúde indígena. A meta era realizar reuniões em 13 Polos Base. Implantamos FAESP em 05 Polos Base, ou 38%. Após a indicação da referencia pelo Pólo, planejamos iniciar um processo de capacitação considerando as necessidade levantadas junto as essas referencias.</p> <p>2. Planejamos realizar 07 oficinas de capacitações que incluíssem as referencias de acordo com o tema alguns profissionais da Equipe Multidisplinar de Saúde Indígena (EMSI) e Comunidade Indígena. Realizamos 02 + 1 pelo setor de capacitação da CORE/MS.- Oficina de antropologia, etnia Terena: não realizada; devido a avaliação por parte do Chefe do Distrito Sanitário Especial Indígena que considerou não ser prioridade, poderia ser realizada em um outro momento; - Oficinas de Educação em Saúde para Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena; não realizada por falta de teto orçamentário e por falta de tempo disponível das equipes; - Oficina de Arte Educação para referencia de Educação em Saúde dos Pólos Base: não realizada devido a demora em receber orçamentário e falta de teto na CORE/MS; - Oficina – duas de Educação Ambiental- realizada uma na aldeia Bororo, a outra não foi realizada porque o monitor é servidor e não foi autorizado pela chefia para ministrar a oficina. - Oficina de Multimeios: foi realizada com o nome de Recursos Instrucionais, visou capacitar a equipe central e as referencias dos Pólos Base, devido a falta de teto orçamentários estava previsto participar 13 Pólos, mas tivemos que priorizar os 5 Pólos que estão desenvolvendo ações educativas. - Oficina de Comunicação; não foi realizada porque não houve tempo hábil de fazer o projeto, montar o processo licitatório porque havia necessidade de contratar pessoas com especialidade na área. - Oficina realizada: "Trabalho em Rede" essa oficina estava programada também no plano de Capacitação do setor de Capacitação (SECAP/CORE/MS). Planejamos também implantar ações de humanização no atendimento a saúde Indígena na Casa de Apoio a Saúde Indígena (CASAI) de Campo Grande: Iniciou-se o processo, foi feito contato com o Ministério da Saúde, duas consultoras do Programa vieram a Campo Grande, fizeram duas reuniões, Funasa e Secretaria de Estado de Saúde para diagnostico e aguardamos retornarem para dar continuidade. Trabalho em Parceria com a Secretaria de Estado de Saúde (SES) – uma oficina promovida pela SES em Aleitamento Materno para multiplicadores para atuarem nas aldeias. Trabalho em Parceria com a Secretaria de Estado de Saúde (SES) e</p>					

SETTAS projeto Anemia Falciforme teve varias atividades durante o ano promovidas pela SES e nós participamos como parceiros.

ASPECTOS POSITIVOS

A equipe considera que apesar das dificuldades, o saldo é positivo, conseguimos iniciar três novos projetos "Uso adequado da Água" Município de Dourados, na aldeia Bororo, "FAESP" em 05 Pólos Base e Educação Nutricional em duas aldeias do Pólo Base de Antonio João. Através do FAESP com as referencias nos Pólos muitas atividades educativas foram iniciadas e/ou retomadas, mas entraram nos registros da Equipe Multidisciplinar de Saúde Indígena como Atividades Comunitárias. Esse registro é quantitativo, não descreve a ação, metodologia e avaliação, portanto perde-se muita informação. O FAESP contribuiu para motivação de servidores que atuam nos Pólos Base. Lançamento da Coletânea das Comunidades Rurais Quilombolas do Mato Grosso do Sul. Confecção de 1.000 exemplares da Coletânea. Confecção de 2 banner para o lançamento. O trabalho de pesquisa foi realizado em 2008 utilizando como metodologia, entrevista com habitantes das treze Comunidades, onde foram reunidos dados sobre as condições socioeconômicas e de saneamento ambiental. Os dados selecionados pela equipe são: diversidade artística e cultural, reivindicações, dados populacionais (faixa etária, condições de moradia), saneamento básico, doenças referidas, índice de escolaridade, ocupação e crenças religiosas. Impressão do Manual de Educação em Saúde – material didático para trabalharmos no ano 2010. Exposição de fotos no salão de recepção da CORE/MS. Participação com exposição de materiais na semana da Consciência Negra. Instalação de dois novos micro-computadores no Setor e recebemos um note book; Participação de dois técnicos da equipe de Educação no Seminário Regional para elaboração do Plano Nacional de Saneamento Básico. Promoção do Ministério das Cidades.

ASPECTOS NEGATIVOS

No primeiro semestre tivemos dificuldades em iniciar as atividades programadas devido à demora da liberação de recursos financeiros pela COESA/ASCOM da Presidência da Funasa, para pagamento de diárias para servidor (elemento 339014), primeira parcela enviada na segunda quinzena do mês de maio e a segunda parcela em Outubro/2009, soma-se o aumento do valor das diárias sem que aumentasse concomitantemente o teto orçamentário para as Coordenações Regionais. Mas a maior dificuldade para o setor de Educação em Saúde esta na decisão da Coesa/Ascom/Presi, de descentralizar o Teto Orçamentário da Educação para a Divisão de Engenharia (Diesp) e Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI), pois os mesmos alegam que as atividades de Educação em Saúde não estão previstas nos seus respectivos Tetos Orçamentário". O Memorando-Circular nº 11/Cgpas/Desai, de 23.05.08, comunica que "os recursos para as ações de Educação em Saúde estarão no Teto Orçamentário do Dsei/Diesp, conforme já foi informado às Coordenações Regionais e aos Distritos Sanitários Especiais Indígenas". Essa mudança tem ocasionado prejuízos na aprovação da programação das atividades educativas. Falta equipamentos para o Setor, eletrônicos e outros: computador, impressora colorida, não temos câmara fotográfica, filmadora, Tripé para equipamentos audiovisuais, fax, armários, etc. Sem câmara fotográfica fica difícil registrar as atividades. Saúde Indígena –Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena- indisponibilidade de tempo – execução de muitas atividades demandadas pelo Ministério da Saúde, ex. campanhas variadas, vacina, preventivo, termina uma campanha em seguida já começa outra. Há falta de tempo para executar ações em conjunto com a equipe de Educação em Saúde. Setor de Educação em saúde é informal, não consta no organograma institucional, falta estabilidade ao setor, ora esta localizado numa Divisão, ora numa Assessoria, etc. Mudança constante da coordenação do Setor em Brasília/Presidência/Funasa. Encontro Anual da Educação em Saúde- faz dois anos que não ocorre. Esse Encontro conta com a participação das equipes das 26 Coordenações Regionais/Funasa.

Fonte – PLAMSUS

Quadro XX – execução físico/orçamentária da subação 28206

SUBAÇÃO 28206 – IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAUDE DA MULHER E DA CRIANÇA INDÍGENA					
META PROGRAMADA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	Exercício 2009		
			Esperado	Alcançado	Alcançado Esperado
Física					
1. Manter a mortalidade infantil entre 30,37/1000n.v	CMI	Unidade	30,37/1000n v	41,04/1000n v	
2. Investigar 100% dos óbitos infantis, nos Pólos base	% de óbitos investigados	%	100	100	1
Análise					
Principais resultados					
O Coeficiente de mortalidade infantil é calculado a partir dos dados acumulados de óbitos em menores de um ano e o total de nascidos vivos "no ano" (Janeiro à Dezembro), não sendo viável o cálculo no semestre, pois não expressa a realidade anual.					
É realizado como rotina o monitoramento e acompanhamento das ações à saúde da mulher e da criança indígena na rotina ações voltadas para a vacinação e monitorização das doenças diarreicas agudas e crescimento e desenvolvimento da criança indígena.					
Em março houve a participação do DSEI na capacitação de tutores para a "Rede Amamenta Brasil" em Campo Grande.					
b) Principais Problemas					
Em fevereiro foi realizada uma intervenção de apoio às dificuldades em casos de óbitos infantis no pólo base de Amambai.					

No ano de 2009 ao invés da manutenção da mortalidade infantil houve um aumento do índice devido aos seguintes fatores:

- ✓ Redução do número de nascidos vivos em relação ao ano de 2008;
- ✓ Aumento do número de óbitos perinatais e mal formação congênita;
- ✓ Surto de diarreia nos meses de novembro e dezembro;

Se realizarmos uma comparação no total dos óbitos infantis de 2008 e 2009 observou que em 2008 ocorreram 86 óbitos e em 2009 ocorreram 88 óbitos. Estamos em processo de revisão dos dados de nascidos vivos devido a redução dos mesmos

Fonte – DSEI/COREMS

Quadro XXI – execução físico/orçamentária da subação 29735

SUBAÇÃO 29735 – IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DE CONTROLE DA TUBERCULOSE NAS ÁREAS INDÍGENAS					
META PROGRAMADA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	Exercício 2009		
			Esperado	Alcançado	Alcançado Esperado
Física					
1.Detectar 100% dos sintomáticos respiratórios no DSEI/MS	Nº de SR detectado	Unidade	1.234	1.699	1,37
2.Alcançar o percentual de 90% de cura dos casos de tuberculose diagnosticados no DSEI/MS	% de cura registrado	%	90%	88%	0,97
3.Implantar o programa de Hanseníase no DSEI/MS	Programa Implantado	unidade	1	1	1
Análise					
1. A Meta estipulada de sintomáticos respiratórios corresponde a 2% da população total do Distrito. O DSEI/MS no ano de 2009 superou o esperado.					
1.1 Principais resultados: Houve aumento da busca de sintomáticos respiratórios em alguns pólo que apresentou no ano de 2008 indicadores abaixo do esperado; Varias ações foram realizadas nas aldeias no mês de março que comemora-se O DIA MUNDIAL DA LUTA CONTRA A TUBERCULOSE ; Confecção do 1º Folder sobre a Tuberculose- bilingue (Português/Terena) No Mês de agosto ocorreu um Treinamento em Controle da Tuberculose, ocasionando então uma sensibilização maior da equipe perante a busca de novos casos da doença.					
2. As taxas de cura de acordo com os parâmetros da OMS deverá pelo menos alcançar 85% de cura, em 2009 atingimos 88%, ou seja, mesmo não atingindo a meta esperada pelo Distrito/MS(90%) as eliminações das fontes de infecção (óbito + cura) estão sendo satisfatoriamente eficazes nas aldeias indígenas do Estado.					
3. O Programa de Hanseníase encontra-se implantado desde 2002, apresentado indicadores de prevalência compatíveis com o esperado, ou seja, níveis inferiores a 01 caso a cada 10.000 habitantes.					
<ul style="list-style-type: none"> • Contratações e Parcerias Parceria :ONG DAHW - Associação Alemã de Assistência aos Hansenianos e tuberculosos,. Ações que foram auxiliadas pela ONG: Treinamento em Controle da Tuberculose; Algumas ações no Mês de Março- DIA MUNDIAL DA LUTA CONTRA A TUBERCULOSE; Folder sobre a Tuberculose- bilíngüe (Português/Terena) 					

Fonte – DSEI/COREMS

Quadro XXII – execução físico/orçamentária da subação 29736

SUBAÇÃO 29736 – IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DE IMUNIZAÇÃO NAS ALDEIAS					
META PROGRAMADA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	Exercício 2009		
			Esperado	Alcançado	Alcançado Esperado
Física					
1.Alcançar, cobertura vacinal de 85% para a vacina Tríplice Viral e Hepatite B em crianças de 01-04 anos de idade, no DSEI/MS	% de cobertura vacinal alcançado	%	85	97,2%	1,14
2.Alcançar cobertura vacinal de 80% para vacina Pólio Oral e Tetravalente em crianças < 01 ano de idade, no DSEI/MS	% de cobertura vacinal alcançado	%	80	92,5%	1,15
3.Alcançar 60% de pessoas com esquema vacinal completo no DSEI/MS	% de cobertura vacinal alcançado	%	60	64,5%	1,07
Análise					
1. <u>Alcançar, cobertura vacinal de 85% para a vacina Tríplice Viral e Hepatite B em crianças de 01-04 anos de idade, no DSEI/MS</u> – Além da vacinação de rotina nas aldeias do DSEI/MS, a campanha de vacinação contra a gripe (Influenza Sazonal) que aconteceu no mês de abril contribuiu na busca ativa dos faltosos (a vacinar), resultando em uma cobertura vacinal adequada entre as crianças de 01 a 04 anos de idade, sobre a vacina Tríplice Viral com 97,2% e de 98,8% da Hepatite B.					
2. <u>Alcançar cobertura vacinal de 80% para vacina Pólio Oral e Tetravalente em crianças < 01 ano de idade, no DSEI/MS</u> – Completar o esquema de 03 (três) doses das vacinas de Tetravalente e Contra a Poliomielite em crianças menores de 01 (hum) ano de idade é um dos desafios do DSEI/MS, pois as primeiras doses das vacinas eram aplicadas					

tardiamente. Entretanto este ano, as EMSI depositaram uma atenção especial a este grupo etário, conseguindo aumentar o percentual de 78% em 2008 para 92,5% em 2009. O que contribuiu também para o alcance deste indicador foram as orientações das mães durante o pré-natal sobre a importância das vacinas de seus filhos no período determinado pelo Ministério da Saúde (com 02, 04 e 06 meses de idade).
3. <u>Alcançar 60% de pessoas com esquema vacinal completo no DSEI/MS</u> – Todo o trabalho desenvolvido pelas EMSI durante todo o ano reflete diretamente no índice de pessoas com esquema vacinal completo, que demonstra um aumento de 59% em 2008 para 64,5% em 2009. A busca dos faltosos pelas EMSI, a avaliação mensal dos registros (pessoas vacinadas e a vacinar) no módulo de Imunização do SIASI (Sistema de Informação da Atenção da Saúde Indígena), a realização de 02 (duas) Capacitações para Enfermeiros e Auxiliares de Enfermagem na área de imunização ("Sala de Vacina" e "BCG" no mês de novembro de 2009) e a intensificação da vacinação de rotina nas microáreas das aldeias do DSEI/MS contribuíram no aumento da Cobertura Vacinal da população indígena.
Contratações e Parcerias - A FUNASA trabalha em parceria com o estado e municípios tanto na distribuição e armazenamento dos imunobiológicos quanto no desenvolvimento das atividades de rotina e campanhas de vacinação nas aldeias do DSEI/MS.

Fonte – DSEI/COREMS

Quadro XXIII – execução físico/orçamentária da subação 29755

SUBAÇÃO 29755 – CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS NA ÁREA INDÍGENA						
META PROGRAMADA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	Exercício 2009			
			Esperado	Alcançado	Alcançado Esperado	
Física						
Implementar ações de capacitação para profissionais que atuam na saúde indígena.	Profissionais capacitados	Unidade	258	245	0,94	
Análise						
A meta de implementar as ações de capacitação para profissionais que atuam na saúde indígena em 2009, foi atingida 95%, uma vez que, as capacitações programadas para serem realizadas durante o ano, foram direcionadas, quase que na sua totalidade para os meses de outubro, novembro e dezembro, devido ao atraso da descentralização orçamentária, dificultando a formalização do processo licitatório em tempo hábil na CORE/MS. Já as capacitações que foram realizadas ainda no 1º semestre de 2009, ocorreram com despesas de diárias pela Missão Evangélica Caiuá. Em 2009 foram executadas 9 capacitações voltadas para a saúde indígena que atingiram 245 profissionais						

Fonte – DSEI/COREMS

Quadro XXIV – execução físico/orçamentária da subação 29756

SUBAÇÃO 29756 – IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DE ATENÇÃO À SAÚDE BUCAL PARA POPULAÇÃO INDÍGENA						
META PROGRAMADA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	Exercício 2009			
			Esperado	Alcançado	Alcançado Esperado	
Física						
1. Atingir a média de 4 procedimentos odontológicos assistenciais básicos, no DSEI/MS	Media de procedimentos alcançados	unidade	4	4	1	
Análise						
PRINCIPAIS RESULTADOS : Os avanços alcançados,ou seja, onde as metas foram alcançadas , foram fruto da reorganização das diretrizes do programa junto as equipes dos pólos base. As capacitações constantes, direcionadas para todas as categorias (CD, ACD, THD), mantiveram a produtividade em todos os níveis da atenção básica. Foi mantida uma rotina de distribuição de insumos, onde todos os postos de saúde foram abastecidos ,mantendo a rotina de atendimento dos pacientes.						
PRINCIPAIS PROBLEMAS : O principal problema detectado , foi em relação a implantação das diretrizes do programa em alguns pólos bases, devido a falta de equipe técnica constante, onde estas equipes são contratadas pelo município, e ocorre uma alta rotatividade desses profissionais. As providências que foram tomadas , para que este problema fosse solucionado nestes pólos, foram feitas reuniões com os gestores dos municípios, para que tivesse uma equiparação salarial com os outros municípios para que houvesse uma equipe constante.						

Fonte – DSEI/COREMS

Quadro XXV – execução físico/orçamentária da subação 29795

SUBAÇÃO 29795 – IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA PARA O SUBSISTEMA DE SAÚDE INDÍGENA					
META PROGRAMADA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	Exercício 2009		
			Esperado	Alcançado	Alcançado Esperado
Física					
Implementar ações da Assistência Farmacêutica nos pólos base para a promoção do uso racional de medicamentos.	Pólos base com ações implantadas	Unidade	13	13	1
Análise					
<p>a) Principais resultados –</p> <ul style="list-style-type: none"> - Com a elaboração de uma planilha de controle dos medicamentos dos pacientes dos programas HIPERDIA, SAÚDE MENTAL e PLANEJAMENTO FAMILIAR, foi possível ter um melhor controle e planejamento nas aquisições dos medicamentos desses programas. -Melhor controle dos estoques dos pólos com a implantação do programa de controle de estoque e insumos SISCOESC. -Com a realização do pregão eletrônico 29/09 foi possível regularizar o estoque de medicamentos nos pólos e CASAIS. -Melhor organização dos almoxarifados nos pólos bases e CASAIS. <p>b) Principais Problemas –</p> <ul style="list-style-type: none"> -Para realizar a Implementação das ações da Assistência Farmacêutica nos pólos base para a promoção do uso racional de medicamentos, foi necessário realizar algumas ações programadas a partir do segundo semestre. Não foi possível realizar as ações devido ao processo de aquisição de medicamentos realizado no segundo semestre. -Falta de medicamentos devido à centralização da compra dos medicamentos em Brasília, através da portaria 047/07, a qual foi revogada, o que possibilitou a realização de pregão eletrônico neste Distrito. <p>c) Contratações e Parcerias</p> <ul style="list-style-type: none"> -Parceria com a Prefeitura Municipal de Campo Grande, em relação à suprimimento de medicamentos. -Parcerias com municípios onde se encontram os pólos bases na aquisição de medicamentos para a população indígena. 					

Fonte – DSEI/COREMS

Quadro XXVI – execução físico/orçamentária da subação 29815

SUBAÇÃO 29815 – IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE MENTAL PARA AS POPULAÇÕES INDÍGENAS					
META PROGRAMADA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	Exercício 2009		
			Esperado	Alcançado	Alcançado Esperado
Física					
1- Implantar as Ações de Saúde Mental, nos Pólos-Base.	Pólos-Base com ações implantadas	Unidade	1	1	1
2- Implementar as Ações de Saúde Mental, em 8 (oito) Pólos-Base.	Pólos-Base com ações implantadas	unidade	8	5	0,62
Análise					
<p>1. A meta de implantação das ações de saúde mental em 1 Polo Base em 2009, foi atingida 100%, tendo em vista a contratação de uma psicóloga para o Pólo Base de Sidrolândia e realização de reunião, onde foi implantado as diretrizes, plano de ação e protocolo de saúde mental. Entretanto a mesma psicóloga foi remanejada para a CASAI de Campo Grande – MS, a fim de atender a demanda de saúde mental da unidade, entendendo que a CASAI-CG é referência regional.</p> <p>2. A meta de implementação das ações de saúde mental em 8 Polos Base em 2009, foi atingida em 63%. A partir de uma reunião técnica de profissionais da saúde mental do DSEI-MS, com 9 participantes, atingindo profissionais de 5 Polos Base (Dourados, Amambai, Iguatemi, Miranda e Bonito) e da profissional da CASAI de Campo Grande (que anteriormente estava lotada no Pólo Base de Sidrolândia). Um outro Pólo que deveria ter sido implementado seria o de Aquidauana, porém, segundo informações do Gestor Municipal de Aquidauana, essas profissionais de saúde mental indígena, contratadas pelo município (pelo recurso da SAS), forma desligadas pois o município apresentou excesso de limite da contratação de servidores e no cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, teve que tomar como medida, a dispensação de alguns profissionais e entre estes estão as 2 profissionais da saúde mental. Além do Polo de Aquidauana, o de Tacuru também não foi implementado pois a profissional da saúde mental se desvinculou da instituição.</p>					

Fonte – DSEI/COREMS

SUBAÇÃO 32635 – IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DE PREVENÇÃO E CONTROLE DE DST/HIV/AIDS NAS ÁREAS INDÍGENAS					
META PROGRAMADA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	Exercício 2009		
			Esperado	Alcançado	Alcançado Esperado
Física					
1. Monitorar e acompanhar as ações de controle das DST/AIDS nos POLOS BASE.	Nº de pólos monitorados	unidade	12	12	1
Análise					
<p>a) Principais resultados</p> <p>A meta orienta o acompanhamento das ações de DST em áreas indígenas relacionados ao:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Planejamento das ações DST; ✓ Levantamento de demanda para capacitação de recursos humanos; ✓ Estruturação de serviços voltados para à assistência definindo as responsabilidades de atendimento no âmbito da atenção básica, referências especializadas e acesso a diagnóstico; ✓ Medicamentos e insumos; ✓ Trabalho de prevenção das DST's com a comunidade; <p>O DSEI – MS no âmbito de atenção básica no ano de 2009 realizou atividades educativas voltadas para a prevenção das DST's nas áreas indígenas com a participação de 4.274 pessoas.</p> <p>b) Contratações e Parcerias –</p> <p>A parceria estabelecida foi com o programa Estadual de DST/HIV/AIDS/Hepatites, em que é fornecido mensalmente uma cota de 15.000 preservativos masculinos e no ano de 2009 foram distribuídos 21.905 preservativos para a população indígena.</p>					

Fonte – DSEI/COREMS

PROGRAMA: 1444 – Vigilância, Prevenção e Controle de Doenças e Agravos

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Prevenir e controlar doenças, outros agravos e riscos à saúde da população
Objetivos específicos	Prevenir e/ou controlar agravos e/ou doenças transmissíveis e não transmissíveis, surtos, epidemias, calamidades públicas e emergências epidemiológicas de maneira oportuna
Gerente do programa	Não há gerente de programa vinculado
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Carlos Luiz Barroso Junior
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	
Público-alvo (beneficiários)	Sociedade

Quadro XXVIII – execução orçamentária programa 1444

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ELEMENTO DE DESPESA	Exercício 2009
		Despesa realizada
10305-1444-3994-0001 021613	30	4.144,12
	39	5.128,00
TOTAL		R\$ 9.272,12

Fonte – SIAFI-GERENCIAL

Ação: 3994 - Modernização do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde – VIGISUS	
Tipo da Ação	Projeto
Finalidade	Aperfeiçoar e fortalecer o Sistema Nacional de Vigilância em Saúde para reduzir a morbi-mortalidade, bem como os fatores de risco associados à saúde.
Descrição	Fortalecimento da vigilância epidemiológica, vigilância em saúde ambiental, prevenção e controle de doenças, análise de situação de saúde, gestão em vigilância em saúde nos estados e municípios, melhorar os resultados de saúde de grupos especialmente vulneráveis, que incluem populações indígenas e comunidades de quilombos, mediante investimentos e desenvolvimento de infra-

	estrutura, capacitação, sistemas de informações, estudos e pesquisas, assessoria técnica, monitoramento e avaliação, educação e comunicação e fortalecimento institucional.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Secretaria de Vigilância em Saúde/MS
Coordenador Nacional da Ação	Carlos Luiz Barroso Junior
Unidade Executora	Fundação Nacional de Saúde

Quadro XXIX – execução orçamentária ação 3994

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ELEMENTO DE DESPESA	Exercício 2009
		Despesa realizada
10305-1444-3994-0001 021613	30	4.144,12
	39	5.128,00
TOTAL		R\$ 9.272,12

Fonte – SIAFI-GERENCIAL

PROGRAMA: 0016 - Gestão da Política de Saúde

Tipo de programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo geral	Fortalecer a gestão do SUS nas três esferas de governo, de modo a melhorar e aperfeiçoar a capacidade resolutiva das ações e serviços prestados à população
Objetivos específicos	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas públicas setoriais a avaliação e controle dos programas na área de saúde.
Gerente do programa	Márcia Bassit Lameiro da Costa Mazzoli
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Sheila Rezende e Carlos Luiz Barroso Junior
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	
Público-alvo (beneficiários)	Governo

Quadro XXX – execução orçamentária programa 0016

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ELEMENTO DE DESPESA	Exercício 2009
		Despesa realizada
10126-0016-6881-0001 005007	30	39.210,00
	39	12.850,00
10128-0016-4572-0001 005008	14	57.810,51
	39	20.627,60
	52	5.369,54
TOTAL		R\$ 135.867,65

Fonte – SIAFI-GERENCIAL

Ação: 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde
Coordenador Nacional da Ação	Carlos Luiz Barroso Junior
Unidade Executora	Departamento de Administração – DEADM

Quadro XXXI – execução físico/orçamentária da ação 4572

META PROGRAMADA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	Exercício 2009		
			Esperado	Alcançado	Alcançado Esperado
Física					
1. Capacitar servidores públicos federais em exercício na CORE MS.	Servidor capacitado	Unidade	205	87	0,42
Financeira					
10128-0016-4572-0001 005008			207.500,00	83.807,65	0,40
Análise – Plamsus					
<p>1. Considerando que do produto esperado (205), pudéssemos fazer uma média para o ano, teríamos aproximadamente 17 servidores capacitados mensalmente. Entretanto, apenas 87 servidores foram capacitados durante todo o ano.</p> <p>1.1. Justificativa: Algumas ocorrências deverão ser consideradas para justificar o não cumprimento desta meta, são elas: 1- A ausência de projetos por parte das áreas interessadas representou 25% do total planejado, 2- Problemas no processo licitatório representou 16,6% e outros como: Não houve interesse por parte das empresas no envio de propostas e por diversas razões faltou participante para os cursos planejados, como foi a grande demanda de trabalho para o Departamento de Engenharia em decorrência das atividades do PAC (Programa de aceleração do crescimento).</p> <p>1.2. Medidas: - Maior compromisso por parte dos setores demandantes na elaboração dos projetos do seu interesse. 2- Conscientizar a equipe de licitação sobre as peculiaridades das contratações para participar dos processos de capacitação.</p>					

Fonte – SIAFI/GERENCIAL - PLAMSUS

Ação: 6881 - Modernização e Desenvolvimento de Sistemas de Informação da FUNASA	
Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Fomentar, regulamentar e avaliar as ações de informatização, manutenção e o desenvolvimento do sistema de informações em Saúde e dos sistemas internos de gestão da FUNASA, bem como pesquisar e incorporar tecnologia de informática para implementação de sistemas e a disseminação de informações necessárias às ações de saúde. Definir padrões, diretrizes, normas e procedimentos, contratação de recursos humanos específicos, bens e serviços de informática no âmbito da FUNASA e suas Unidades Descentralizadas.
Descrição	Desenvolvimento, implementação e manutenção dos Sistemas de atendimento à Saúde Indígena e Saneamento Básico para promoção da saúde e gestão da FUNASA. Pesquisar, desenvolver, incorporar e aplicar tecnologias de informática e outras que possam ser aplicadas ao ambiente da saúde indígena e de saneamento ambiental; estabelecer padrões, diretrizes, normas e procedimentos para captação, transferência, processamento e armazenagem de dados e de informações no âmbito da Presidência da FUNASA e suas Unidades Descentralizadas; manter e efetuar a guarda do acervo dos dados e informações em saúde e dos sistemas internos de gestão institucional; contratar, firmar convênios e programas de cooperação técnica para desenvolvimento, prospecção e transferência de tecnologias e metodologias de informação e informática aplicada a Saúde; administrar e suportar os meios utilizados para a captação, armazenagem e disponibilização de dados e informações dos sistemas mantidos; contratar serviços, produtos e a infra-estrutura de hardware, software, pessoal necessário ao desenvolvimento das suas atividades; elaboração de editais de licitação; acompanhamento, coordenação e análise de processos licitatórios; planejamento e ornamentação da manutenção operacional da infra-estrutura de rede de comunicação, de hardware, de software da FUNASA; prospecção, avaliação e implantação de novas tecnologias com pesquisa de mercado e consulta a fabricantes; desenvolver ações de modernização no âmbito da FUNASA e suas Unidades Descentralizadas; promover a implantação do Programa

	de Qualidade e Desburocratização; promover melhoria continuada dos processos de trabalhos; Implantação de novos modelos de Gestão; avaliação de experiências inovadoras na área de modernização e sistemas de informação no âmbito da FUNASA e suas Unidades Descentralizadas.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde
Coordenador Nacional da Ação	Sheila Rezende
Unidade Executora	Departamento de Planejamento e Desenvolvimento Institucional – DEPIN

Quadro XXXII – execução orçamentária ação 6881

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ELEMENTO DE DESPESA	Exercício 2009
		Despesa realizada
10126-0016-6881-0001 005007	30	39.210,00
	39	12.850,00
TOTAL		R\$ 52.060,00

Fonte – SIAFI-GERENCIAL

PROGRAMA: 0750 - Apoio Administrativo

Tipo de programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo geral	Não Definido
Objetivos específicos	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para implementação e gestão de seus programas finalísticos.
Gerente do programa	Não se aplica
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Carlos Luiz Barroso Junior
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Não possui
Público-alvo (beneficiários)	Governo

Quadro XXXIII – execução orçamentária programa 0750

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ELEMENTO DE DESPESA	Exercício 2009
		Despesa realizada
10122-0750-2000-0001 004998	08	9.287,76
	14	237.446,91
	30	168.404,57
	33	537,10
	36	119.017,89
10122-0750-2000-0001 005005	37	693.033,19
	39	818.411,75
	47	21.206,07
	52	10.168,93
	92	28.466,26
	93	333,25
TOTAL		R\$ 2.106.313,68

Fonte – SIAFI-GERENCIAL

Ação: 2000 - Administração da Unidade	
Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	A atividade padronizada ‘ ‘Administração da Unidade’ ’ substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações

	de Informática. Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde
Coordenador Nacional da Ação	Carlos Luiz Barroso Junior
Unidade Executora	Departamento de Administração – DEADM

Quadro XXXIV – execução físico/orçamentária da ação 2000

META PROGRAMADA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	Exercício 2009		
			Esperado	Alcançado	Alcançado Esperado
Física					
1. Implementar as ações do PCMSO na CORE	Ações implementadas	Unidade	3	0	0
2. Fomentar o desenvolvimento de pelo menos três ações do PCMSO, sendo uma delas a Ginástica Laboral.	Projetos implementados	Unidade	3	3	1
3. laudo de avaliação ambiental da CORE/MS elaborado	Laudo elaborado	Unidade	1	0	0
Financeira					
10122-0750-2000-0001			20.000,00	2.106.313,68	
Análise – Plamsus					
<p>1. e 2. Essa meta será gerenciada com foco nas ações de cunho educativo-preventivo desenvolvidas com vistas à promoção da saúde. O Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional compreende a realização e monitoramento de exames médicos admissional, periódico e demissional.</p> <p>A realização de exames médico periódico anual é que deverá indicar as necessidades de ações educativas-preventivas com vistas à promoção da saúde.</p> <p>O último exame médico periódico foi realizado em 2003, e nessa oportunidade verificou -se a incidência de problemas osteomusculares(problemas de coluna), dependência química, obesidade, hipertensão, diabetes e de saúde mental. Baseado no perfil epidemiológico de forma generalizada gerado no último exame médico periódico (2003), o Soais nesse exercício priorizou o acompanhamento de 03 ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ginástica Laboral - Acompanhamento de servidores dependentes químicos; - Avaliação de saúde de servidores lotados na Core; <p>JANEIRO A JUNHO No período de janeiro a junho foram implementadas ações voltadas para "atenção ao servidor dependente químico e família", através de visitas domiciliares, interação com o programa de saúde mental dos municípios, encaminhamentos para serviços de referência, certificação de servidores que deixaram de fumar e beber, realização de palestras para os servidores no dia mundial contra o tabaco. Os recursos necessários para o deslocamento de servidores (diárias) foi utilizado da Divisão de Administração. Em Janeiro, foi implementada a "ginastica laboral", com</p>					

relação de atividades físicas nos andares da CORE de forma rotineira. JUNHO foi desenvolvido de forma individualizada e pontual orientação nutricional através de estagiária do curso de nutrição lotada no DSEI. JULHO Avaliação de saúde de 12 servidores lotados nos Pólos Bases de Antonio João, Amambai e Aquidauana. Atendimento a 19 servidores cedidos a SES dependentes químicos e outros agravos - Reunião com o Coordenador Municipal de Endemias de Três Lagoas para tratar de assuntos relacionados à situação funcional de servidores. Foram realizadas 10 visitas domiciliares e visitas aos serviços de referência do Programa de Saúde Mental dos municípios. Atendimento conforme a demanda de servidores que quiseram o adicional de insalubridade, aferição de pressão arterial e reunião para ativação da Comissão Regional de Saúde do Trabalhador - COREST com a inclusão de representantes da DIESP. O programa de orientação nutricional continua com o acompanhamento de peso de 10 servidores pela estagiária de educação física. AGOSTO Foi identificado o servidor que perdeu mais peso para entrega de premiação. Foram realizadas 03 visitas hospitalares - 05 atendimentos individuais por dependência química e problemas emocionais oriundos do ambiente de trabalho e familiar. Avaliação de saúde dos servidores lotados nos Pólos Bases de Iguatemi, Caarapó, Tacuru e Paranhos. Avaliação médica pelo Soais, dos servidores que exercem a função de motoristas e que se encontram lotados no Setor de Transporte. Promoção de 01 reunião com os membros da COREST, com o objetivo de inserir representante da DIESP na Comissão, melhorar vigilância dos riscos ocupacionais, condições de trabalho, revisão de carga horária excessiva para os perfuradores de poços e pouca consciência da importância de uso de EPIs SETEMBRO Foi realizada a Avaliação de Saúde de 25 servidores lotados no Setor de Transporte - 10 consultas de enfermagem e 04 atendimentos psicossocial. OUTUBRO Foi realizada a Avaliação de Saúde de 47 servidores lotados nos Pólos Bases de Aquidauana, Miranda, Bodoquena, Corumbá, Bonito e Dourados - Realização de Campanha de Vacinação contra a febre amarela, rubéola, tétano e hepatite, na sede da CORE atingindo aproximadamente 180 pessoas, entre servidores, contratados e prestadores de serviços. Realização de 08 consultas de enfermagem - 05 atendimentos individualizados e 03 visitas hospitalares. NOVEMBRO Foi realizada a Avaliação de Saúde de 32 servidores lotados nos Pólos Bases de Dourados, Sidrolândia e Brasilândia. DEZEMBRO Acompanhamento a servidores cedidos para a SES com lotação nos municípios de Aquidauana, Dourados e Três Lagoas, totalizando 20 servidores. O acompanhamento consiste em visitas domiciliares, aproximação com chefias e encaminhamento para serviços de saúde.

REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS ADMISSIONAIS Realização de exames médicos – admissionais de 20 recém – ingressos através de concurso público. Todos foram lotados na estrutura da sede da CORE.

ANÁLISE DE REQUERIMENTOS PARA RECEBIMENTO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE Durante o ano o Soais recebeu mais de 100 requerimentos de servidores requerendo o pagamento de adicional de insalubridade.

GERENCIAMENTO DE AFASTAMENTO DO SERVIÇO POR MOTIVO DE DOENÇA Os afastamentos do serviço por motivo de doença são gerenciados através do envio de atestado médico ao Soais conforme recomenda a legislação. Os atestados são analisados com vistas a homologação e/ou diminuição ou prorrogação dos dias concedidos pelo médico assistente, além de buscar o acompanhamento médico-psico-social do servidor. A Junta Médica desde 2007 foi descentralizada para o INSS, Ministério da Saúde e Secretarias Municipais de Saúde. Em 2009, pode-se levantar, conforme quadro abaixo: No exercício de 2009, foram encaminhados 50 servidores para avaliação pela Junta Médica.

ATENDIMENTO MÉDICO, DE ENFERMAGEM E PSICO-SOCIAL Durante o exercício de 2009, o Soais atendeu demanda espontânea de consultas médicas atendimentos de enfermagem e identificou a necessidade de proceder o acompanhamento psico-social de 28 servidores.

CONCLUSÃO

A Avaliação de Saúde dos servidores foi realizada conforme projeto elaborado em 2007, junto aos servidores lotados nos Pólos Bases, Setor de Transporte e Perfuração de Poços, locais de trabalho que apresentam maiores riscos ocupacionais.

Dos 114 servidores lotados nos Pólos Bases, foram avaliados 66, correspondendo a 76% do contingente total. Desses, pode-se levantar:

- 20 servidores (30,4%) possuem pressão arterial elevada;
- 31 servidores (48%) possuem alteração no nível de glicose e sanguínea (diabetes)
- 20 servidores (30%) apresentaram alterações nos níveis de gorduras, colesterol e triglicérides. .
- 26 servidores (40%) não realizam qualquer atividade física;
- 33 servidores (50%) relataram bebida alcoólica de forma esporádica
- 12 servidores (19%) fazem uso de tabaco;
- 28 servidores (42%) não possuem calendário vacinal completo;
- 37 servidores (57%) estão satisfeitos com as atividades realizadas;
- 2 servidores (2%) não estão satisfeitos com as atividades realizadas;
- 28 servidores (43%) estão altamente satisfeitos com o ambiente de trabalho e menos de 1% relataram insatisfação com o ambiente de trabalho.

A avaliação de saúde dos servidores associada a demandas diversas mostrou a necessidade de acompanhamento sistemático de 28 servidores em 2010, dentre esses, os portadores de doenças degenerativas (2) soropositivo HIV (2) dependentes químicos graves (20) doença mental (06) além dos portadores de hipertensão arterial, diabetes e colesterol. A avaliação de saúde mostrou a necessidade de implementar as ações voltadas para a promoção de saúde, uma vez, que a grande maioria dos servidores tem acima de 45 anos de idade, possuem vida sedentária e não adquiriram a consciência de que são os primeiros responsáveis pela prevenção de doenças, delegando essa responsabilidade primeira a instituição. Espera-se que em 2010 seja realizado os exames médico periódico para melhor direcionar e monitorar a saúde dos servidores.

Dos 20 servidores portadores de dependência química grave, 04 deixaram de fazer uso de bebida alcoólica, os demais estão sob controle e 01 deixou de fazer uso de tabaco.

Há necessidade de criar instrumentos de registro diário para quantificar servidores afastados por doença, com respectivos dias, agravos e encaminhamentos para junta médica, bem como, as demandas espontâneas, com o objetivo de definir prioridades. Em 2010, o Soais deverá se organizar para proceder ao planejamento, acompanhamento e avaliação, de forma, a garantir os avanços do serviço com foco na criação de espírito de equipe e melhoria de gestão da saúde dos servidores.

3.O Laudo de Avaliação Ambiental da CORE, compreende o estudo dos riscos ocupacionais presentes nos processos de trabalho dos servidores cedidos para a SES que estão atuando no combate e controle de endemias e dos servidores lotados na estrutura da sede, Pólos e Casai(s) da CORE. ABRIL E MAIO - Nos meses de abril e junho iniciou-se a elaboração do Laudo de Avaliação do ambiente de trabalho dos servidores cedidos para a SES, através de inspeção nos municípios de pequeno, medio e grande porte, a saber: Campo Grande, Aquidauana e Terenos. JUNHO - Em junho o Laudo previamente elaborado foi encaminhado para a Coordenação de Controle de Vetores/SES para revisão final. - Espera-se que até dezembro seja elaborado o laudo da CORE com a inclusão do ambiente de trabalho dos servidores lotados na estrutura da CORE, através de visitas in loco. JULHO - O Laudo do ambiente de trabalho dos servidores cedidos para a SES foi concluído e encaminhado à CGERH/SEAIS para apreciação e assinatura em conjunto. AGOSTO - A CGERH/SEAIS aprovou o Laudo elaborado e pretendem se deslocar a CORE para assinatura em conjunto com o Soais. O laudo dos servidores lotados na CORE será iniciado em outubro através de visitas nos Pólos Bases e equipe de perfuração de poços. SETEMBRO E OUTUBRO - Encaminhamentos junto à DIESP para elaboração do Laudo Ambiental da CORE, reestudo dos laudos de 2004 e 2006 e início da elaboração do Laudo de 2009 da CORE. NOVEMBRO E DEZEMBRO - Devido à resistências dos servidores da DIESP em aceitar a legislação vigente que ampara a indicação do pagamento de adicional de insalubridade, a equipe da Soais articulou-se com a Presidência/CGERH/SEAIS para que se deslocassem à Campo Grande para conclusão do Laudo. Na primeira quinzena de janeiro de 2010 o Laudo será concluído em conjunto com a equipe do SEAIS/PRESIDÊNCIA.

3.1.CONCLUSÃO Do início da fase de elaboração à fase final do Laudo pode-se concluir a necessidade de melhorar o ambiente de trabalho dos servidores lotados na Divisão de Engenharia, conforme abaixo discriminado: - Adquirir kit de Equipamento de Proteção Individual suficiente para estocagem; - Terceirizar a manutenção mecânica periódica dos equipamentos pesados e leves usados na perfuração de poços; - Adquirir trailer para melhores condições de hospedagem para as equipes de perfuração de poços (usado no passado); - Adquirir muck para levantamento de peso no trabalho da equipe de instalação e manutenção dos sistemas de abastecimento d'água; - Capacitação quanto à postura correta para levantamento de peso e - Presença periódica da equipe do Soais no campo com vistas a inserir a vigilância diária dos riscos ocupacionais presentes nos processos de trabalho. Necessidade também de renovar o kit de EPIs de informática para toda a estrutura da CORE e reavaliar as necessidades de melhoria do ambiente da garagem e cozinha da CORE. No prédio da CORE ainda se observa a presença de pombos e reivindicações de servidores para eliminar o ambiente propício à sua permanência. As entrevistas com servidores e gerentes da CORE, bem como as visitas in loco para elaboração dos laudos, evidenciou a necessidade do SOAIS desenvolver um trabalho de inspeção e de educação em saúde de forma sistemática em 2010 junto à equipe de perfuração de poços, transportadores de pacientes indígenas, bem como, de interceder junto à DIESP, DSEI e DIADM com vista à melhoria das condições físicas e de processo de trabalho. Para o próximo exercício há a necessidade de renovar os EPIs de informática, promover capacitação em ergonomia para as equipes de perfuração de poços e de instalação de rede hidráulica e elétrica nos sistemas d'água. Junto à SES/CCV deverá ser promovido Seminários Regionalizados junto aos supervisores, técnicos e gestores municipais sobre a legislação básica que ampara o pagamento de adicional de insalubridade para os servidores que atuam no combate e controle de endemias. Sugere-se também, a implementação do Comissão Regional de Saúde do Trabalhador, com a participação efetiva de representantes da DIESP e DSEI.

Fonte – SIAFI/GERENCIAL - PLAMSUS

PROGRAMA: 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União

Tipo de programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo geral	Não Definido
Objetivos específicos	Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes.
Gerente do programa	Não possui gerente do programa vinculado
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Eni Coppo
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Não possui
Público-alvo (beneficiários)	Servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas.

Quadro XXXV – execução orçamentária programa 0089

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ELEMENTO DE DESPESA	Exercício 2009
		Despesa realizada
09272-0089-0181-0001 004997	08	14.256,91
TOTAL		R\$ 14.256,91

Fonte – SIAFI-GERENCIAL

Ação: 0181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis

Tipo da Ação	Operações Especiais
Finalidade	Garantir o pagamento devido aos servidores civis inativos do Poder Executivo ou aos seus pensionistas, em cumprimento às disposições contidas em regime previdenciário próprio.
Descrição	Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis do Poder Executivo ou dos seus pensionistas, incluídas a aposentadoria/pensão mensal, a gratificação natalina e as eventuais despesas de exercícios anteriores.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG
Coordenador Nacional da Ação	Carlos Luiz Barroso Junior
Unidade Executora	Fundação Nacional de Saúde

Quadro XXXVI – execução orçamentária ação 0181

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ELEMENTO DE DESPESA	Exercício 2009
		Despesa realizada
09272-0089-0181-0001 004997	08	14.256,91
TOTAL		R\$ 14.256,91

Fonte – SIAFI-GERENCIAL

2.4 - Desempenho operacional

2.4.1 – Programação orçamentária

Identificação das UO

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Mato Grosso do Sul	255012	36211

Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Programa de Trabalho	Grupo de Despesa	Provisão Recebida	Empenhos Emitidos	Crédito Emp. Liquidado	Valores Pagos	
09272008901810001	pagamento de aposentadorias e pensões - servidores civis - nacional	1	14.256,91	0,00	0,00	14.256,91
10122012222720001	gestão e administração do programa - nacional	3	3.372.430,69	3.372.430,69	2.207.509,61	2.136.248,13
		4	231.805,32	231.805,32	199.188,92	199.188,92
10122015022720001	gestão e administração do programa - nacional	3	723.211,41	723.211,41	634.033,07	633.343,28
		4	31.783,75	31.783,75	12.822,94	12.822,94
10122075020000001	administração da unidade - nacional	1	9.287,76	0,00	0,00	9.287,76
		3	2.086.856,99	2.086.856,99	2.047.758,61	2.033.431,81
		4	10.168,93	10.168,93	4.888,95	4.888,95
10122128722720001	gestão e administração do programa - nacional	3	712.316,58	712.316,58	513.019,23	513.019,23
10126001668810001	modernização e desenvolvimento de sistemas de informação da funasa - nacional	3	52.060,00	52.060,00	51.790,00	51.790,00
10128001645720001	capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação - nacional	3	78.438,11	78.438,11	78.438,11	75.448,11
		4	5.369,54	5.369,54	5.369,54	5.369,54
10131128746410001	publicidade de utilidade pública - nacional	3	16.861,00	16.861,00	0,00	0,00
10302015038690001	estruturação de unidades de saúde para atendimento a população indígena - nacional	4	888.186,06	888.186,06	3.600,00	3.600,00
10305144439940001	modernização do sistema nacional de vigilância em saúde - vigisus - nacional	3	9.272,12	9.272,12	9.272,12	9.272,12
10423015061400001	vigilância e segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas - nacional	3	13.000,00	13.000,00	0,00	0,00
10423015087430001	promoção, vigilância, proteção e recuperação da saúde indígena - nacional	3	3.569.683,44	3.569.683,44	2.923.221,43	2.793.466,67
10511128776840001	saneamento básico em aldeias indígenas para prevenção e controle de agravos - nacional	4	1.875.821,04	1.875.821,04	534.573,79	534.573,79
10541012269080001	fomento à educação em saúde voltada para o saneamento ambiental - nacional	3	51.127,38	51.127,38	50.347,38	50.347,38

2.4.2 – Execução orçamentária

Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários da UJ

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	Exercícios			
	2008	2009	2008	2009
Licitação	0	0	0	0
Convite	312.745,63	212.544,82	59.100,00	101.333,26
Tomada de Preços	3.774.171,50	2.315.373,15	0,00	200.751,40
Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão	3.785.985,26	6.773.312,09	2.988.988,99	4.732.192,50
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas	0	0		
Dispensa	2.070.385,60	2.303.574,84	2.002.169,85	2.155.068,98
Inexigibilidade	265.745,64	320.836,13	233.428,00	296.893,97
Regime de Execução Especial	0	0		
Suprimento de Fundos	136.170,40	205.026,09	133.404,51	205.026,09

2.4.3 Evolução de Gastos Gerais

(Quadro constante do item 2.4.3 do documento de orientações complementares da CGU)

Descrição	Ano		
	2007	2008	2009
DIARIAS NO PAIS	627.620,83	623.347,27	790.638,51
PASSAGENS PARA O PAIS	225.596,23	233.292,07	202.969,74
DIARIAS A COLABORADORES EVENTUAIS NO PAIS	126.257,08	75.007,71	188.162,05
APOIO ADMINISTRATIVO, TECNICO E OPERACIONAL	1.663.830,29	436.643,44	498.949,24
LIMPEZA E CONSERVACAO	109.176,81	242.795,67	283.592,35
VIGILANCIA OSTENSIVA	825.577,05	794.973,84	862.605,97
MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS		162.101,95	
Fatura - Cartão Pagto Gov. Fed		71.666,21	211.256,48
Sq Cartão Pagto Gov Federal			
SUPRIMENTOS DE FUNDOS	261.718,79	136.170,40	205.026,09
TOTAL	3.839.777,08	2.775.998,56	3.243.200,43

Despesas Correntes e de Capital por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários da UJ - 2008

grupo de despesa			elemento de despesa		empenhos emitidos	despesas empenhadas	crédito empenhado liquidado	provisão recebida	valores pagos	restos a pagar não processados inscritos
1	1 08	pessoal e encargos sociais	08	outros beneficios assistenciais	0,00	20.889,48	0,00	20.889,48	20.889,48	0,00
	1 91		91	sentencas judiciais	0,00	23.615,70	0,00	23.615,70	23.615,70	0,00
3	3 14	outras despesas correntes	14	diarias - pessoal civil	623.347,27	623.347,27	623.347,27	623.564,41	623.347,27	0,00
	3 30		30	material de consumo	2.610.026,23	2.610.026,23	2.342.936,72	2.636.381,46	2.316.106,29	388.790,15
	3 33		33	passagens e despesas com locomocao	239.292,07	239.292,07	198.404,84	239.292,07	198.404,84	16.368,20
	3 36		36	servicos de terceiros - pessoa fisica	244.844,05	244.844,05	237.029,38	244.844,05	236.544,52	4.369,41
	3 37		37	locacao de mao-de-obra	1.355.412,95	1.355.412,95	1.317.227,02	1.355.412,95	1.199.119,07	278.041,12
	3 39		39	outros servicos de terceiros-pessoa juridica	3.961.940,73	3.961.940,73	3.308.659,50	3.973.801,10	2.907.066,15	0,00
	3 47		47	obrig.tribut.e contrib-op.intra-orcamentarias	46.940,78	46.940,78	44.601,49	46.940,78	43.737,46	0,00
	3 92		92	despesas de exercicios anteriores	261.779,26	262.397,92	261.779,26	262.397,92	262.397,92	0,00
	3 93		93	indenizacoes e restituicoes	7.029,86	7.029,86	7.029,86	7.029,86	7.029,86	0,00
4	4 51	Investimentos	51	obras e instalacoes - op.int.orc.	4.086.917,13	4.086.917,13	59.100,00	4.086.978,44	59.100,00	2.419.419,26
	4 52		52	equip.e material permanente - op.intra-orc.	92.598,70	92.598,70	57.454,65	92.598,70	34.115,20	25.297,12

Despesas Correntes e de Capital por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários da UJ - 2009

grupo de despesa			natureza da despesa		provisão recebida	empenhos emitidos	crédito empenhado liquidado	valores pagos	restos a pagar não processados inscritos
1	1	pessoal e encargos sociais	319008	outros beneficios assistenciais	23.544,67	0,00	0,00	23.544,67	0,00
1	total				23.544,67	0,00	0,00	23.544,67	0,00
3	3	outras despesas correntes	339014	diarias - pessoal civil	790.638,51	790.638,51	790.638,51	790.638,51	0,00
			339030	material de consumo	2.970.549,06	2.970.549,06	2.022.087,19	1.937.030,45	948.461,87
			339033	passagens e despesas com locomocao	202.969,74	202.969,74	162.139,14	154.757,79	40.830,60
			339036	outros servicos de terceiros - pessoa fisica	349.828,85	349.828,85	343.113,67	343.113,67	6.715,18
			339037	locacao de mao-de-obra	1.525.645,61	1.525.645,61	1.444.366,35	1.388.434,42	81.279,26
			339039	outros servicos de terceiros-pessoa juridica	4.756.453,56	4.756.453,56	3.670.044,02	3.599.391,21	1.086.409,54
			339047	obrigacoes tributarias e contributivas	45.492,96	45.492,96	39.321,25	39.321,25	6.171,71
			339092	despesas de exercicios anteriores	42.277,56	42.277,56	42.277,56	42.277,56	0,00
			339093	indenizacoes e restituicoes	701,87	701,87	701,87	701,87	0,00
			339139	outros serv.terceiros-pes.jurid-op.intra-orc.	700,00	700,00	700,00	700,00	0,00
3	total				10.685.257,72	10.685.257,72	8.515.389,56	8.296.366,73	2.169.868,16
4	4	investimentos	449051	obras e instalacoes	2.847.234,02	2.847.234,02	621.400,71	621.400,71	2.225.833,31
			449052	equipamentos e material permanente	195.900,62	195.900,62	139.043,43	139.043,43	56.857,19
4	total				3.043.134,64	3.043.134,64	760.444,14	760.444,14	2.282.690,50
Total geral					13.751.937,03	13.728.392,36	9.275.833,70	9.080.355,54	4.452.558,66

2.4.4 – Execução física e financeira das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação *	Prioridade **	Produto	Un. Medida	Execução Física			Execução Financeira		
								Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser realizada em 2010	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser realizada em 2010
10	122	0122	2272	A	1	-	-	-	-	-	-	3.604.236,01	-
10	541	0122	6908	A	1	Município Beneficiado	Unidade	28	0,0	-	31.704,48	51.127,38	-
						Município Beneficiado	Unidade	54	29	-			
						Município Beneficiado	Unidade	28	0,0	-			
10	512	0122	7652	P	1	Visita realizada	Unidade	7	0	-	38.964,24	0,00	-
						Convênios acompanhados exercícios anteriores	Unidade	24	18	-			
						Projeto analisado	Unidade	7	2	-			
						Família Beneficiada	Unidade	350	200	-			
10	512	0122	10GD	P	1	Convênios acompanhados exercício 2009	Unidade	3	0	-	32.470,20	0,00	-
						Projeto analisado	Unidade	3	0	-			
						Família Beneficiada	Unidade	3900	0	-			
						Convênios acompanhados exercícios anteriores	Unidade	27	5	-			
10	512	0122	10GE	P	1	Projeto analisado	Unidade	3	5	-	64.940,4	0,00	-
						Família beneficiada	Unidade	3900	3900	-			
						Convênios acompanhados exercícios anteriores	Unidade	60	24	-			
						Convênios acompanhados exercício 2009	Unidade	3	0	-			
10	122	1287	2272	A	1	-	-	-	-	-	712.316,58	-	
10	131	1287	4641	A	1	Matéria publicada	Unidade	420	328	-	-	16.861,00	-
						Publicação disponibilizada	Unidade	205	242	-			
10	511	1287	7656	P	1	Comunidade beneficiada	Unidade	3	0	-	6.057.811,44	0,00	-
						Projeto analisado	Unidade	3	0	-			
						Comunidade beneficiada	Unidade	34	0	-			
						Convênios acompanhados	Unidade	17	3	-			
						Visita de acompanh. realizada	unidade	3	0	-			
10	511	1287	7684	P	1	Aldeia beneficiada	Unidade	72	97	-	16.236.812,34	1.875.821,04	-
						Projeto elaborado	Unidade	13	13	-			
						Convênios acompanhados	Unidade	68	3	-			
						Obras acompanhadas	unidade	39	39	-			
10	512	8007	10GG	P	1	Família beneficiada	Unidade	3902	0	-	-	10.823,40	-
						Projeto analisado	Unidade	3	0	-			
						Convênios acompanhados	Unidade	7	6	-			
						Visita de acompanhamento realizada	unidade	3	0	-			
10	122	0150	2272	A	1	-	-	-	-	-	754.995,16	-	

10	302	0150	3869	P	1	Unidade Estruturada	Unidade	-	-	-	-	888.186,06	-
10	423	0150	6140	A	1	% de crianças menores de 5 anos acompanhadas	%	97%	97,3%	-	55.800,00	13.000,00	-
						% de gestantes acompanhadas	%	89%	90,2%	-	55.800,00	13.000,00	-
10	423	0150	8743	A	1	-	-	-	-	-	-	3.569.683,44	-
10	305	1444	3994	P	1	Sistema Modernizado	-	-	-	-	-	9.272,12	-
10	128	0016	4572	A	1	Servidor Capacitado	Unidade	205	87	-	207.500,00	83.807,65	-
10	126	0016	6881	A	1	Sistema Modernizado	-	-	-	-	-	-	-
10	122	0750	2000	A	1	Ações implementadas	Unidade	3	0	-	20.000,00	2.106.313,68	-
						Projetos implementados	Unidade	3	3	-			
						Laudos elaborados	Unidade	1	0	-			
09	272	0089	0181	OP	1	Pessoa Beneficiada	Unidade	-	-	-	-	14.256,91	-

* P = Projeto; A = Atividade; OP = Operações Especiais

** Prioridade: 1/2/3/4

No âmbito da Coordenação Regional de Mato Grosso do Sul, as metas são estabelecidas no Plano Operacional – PO Core, instrumento elaborado anualmente pela Funasa para demonstração do desempenho das unidades descentralizadas da Fundação nos Estados, no que diz respeito às Ações do PPA.

Em 2009, visando promover maior transparência e celeridade na demonstração da execução do Plano Operacional por parte das Coordenações, a Funasa iniciou o processo de inserção do PO das Coordenações Regionais no Sistema de Planejamento, Orçamento e Monitoramento das Ações do SUS – PlamSUS. Para tanto, foi necessário dividir as Ações das Core em Subações, razão pela qual o quadro demonstrativo da execução físico-financeira das Ações foi adaptado. Atualmente 21 Core já acompanham seus Planos Operacionais via PlamSUS (exceto AM, TO, GO, PR e AP).

Sendo assim, a ação 8743 - Promoção, vigilância, proteção e recuperação da saúde indígena, engloba 9 (nove) subações da Coordenação de Mato Grosso do Sul codificadas no Sistema de Planejamento, Orçamento e Monitoramento das Ações do SUS PlamSUS. São elas: Capacitação de profissionais na área indígena (**29755**); Implementação das ações de atenção integral a saúde da mulher e da criança indígena (**28206**); implementação de política de assistência farmacêutica para o subsistema de saúde indígena (**29795**); implementação de ações de atenção a saúde bucal para a população indígena (**29756**); implementação das ações de prevenção e controle de DST/HIV/AIDS na área indígena (**32635**); Implementação das ações de controle da tuberculose nas áreas indígenas (**29735**); implementação das ações de imunização nas aldeias (**29736**); implementação das ações de saúde mental para as populações indígenas (**29815**); promoção da educação em saúde dos povos indígenas (**28200**).

Como as subações se concentram na mesma ação, impossibilita mensurar para cada subação um valor orçamentário específico, bem como para a ação 8743, um produto e unidade de medida único.

Relativamente às metas físicas e financeiras para 2010, é necessário esclarecer que estas serão definidas no Plano Operacional das Coordenações Regionais, com previsão de conclusão em 31/03/2010. Portanto, não será possível apresentá-las neste Relatório de Gestão.

2.4.5 – Indicadores de desempenho

Tendo em vista a necessidade de aprimoramento do processo de planejamento, bem como da institucionalização dos mecanismos e ferramentas que visam à melhoria da gestão, a Coordenação Geral de Planejamento e Avaliação, de acordo com suas competências regimentais, vem adotando, desde 2008, um Modelo de Relatório de Avaliação. Optou-se por dar ênfase aos resultados alcançados pelas áreas finalísticas e de gestão da instituição, ou seja, nos eixos “**Saneamento Ambiental, Saúde Indígena e Gestão**”, optando-se pela construção de indicadores de desempenho que possibilitem avaliar as ações programadas e estabelecer parâmetros de eficiência, eficácia e efetividade.

O Relatório de Avaliação faz parte de um conjunto de estratégias que visam o aperfeiçoamento e fortalecimento do processo de planejamento criado no âmbito da Funasa e veio numa tentativa de preencher a lacuna existente entre o momento de monitoramento e o de análise, e a comunicação dos resultados.

Este instrumento gerencial foi elaborado visando avaliar os esforços empreendidos pela Core no alcance das metas definidas no Plano Operacional; demonstrar os resultados alcançados; subsidiar o processo de Prestação de Contas Anual e feitura do Relatório de Gestão, bem como possibilitar a correção de distorções na execução das ações.

Em 2009, foi criado o Comitê de Planejamento e Monitoramento da Funasa pela Portaria nº 517, de 08 de maio de 2009, com o objetivo de elaborar e monitorar o Plano Operacional de 2009, bem como avaliar os resultados alcançados e demonstrar o esforço empreendido para o alcance da missão institucional.

Uma vez criado o Comitê de Planejamento e Monitoramento da Funasa, composto por 31 membros com representação de todas as áreas técnicas da presidência, se iniciou a formação de um grupo de trabalho e procedeu-se a revisão do “cardápio” de indicadores propostos em 2008 no Relatório de Avaliação. A iniciativa foi amparada e reforçada pela Portaria nº 202, que aborda, dentre outros assuntos, a necessidade de se estabelecer mecanismos (indicadores) capazes de medir o desempenho das coordenações regionais no tocante à execução das ações que estão sob sua responsabilidade.

Foram realizadas oito reuniões ordinárias do GT de Indicadores, além das reuniões específicas agendadas com as diversas áreas envolvidas as quais contou com a participação dos assistentes de planejamento das Core do RJ e PI, de forma continuada e de SC e RR de forma pontual, reforçando o compromisso de se manter uma construção coletiva dos instrumentos e ferramentas institucionais

Os trabalhos foram iniciados buscando uma revisão doutrinária do tema “Indicadores”, a fim de pacificar o entendimento entre os membros do mencionado GT, homogeneizando e disseminando o conhecimento. Inicialmente procurou-se discutir os conceitos reunidos em quatro referências literárias. Foram elas:

- ✓ **Manual de Avaliação do PPA, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG;**
- ✓ **Manual de Avaliação na Administração Pública, de Paulo Roberto Motta;**
- ✓ **Modelo Gerencial na Administração Pública, de Fernando Luiz Abrucio (Cadernos da Escola Nacional de Administração Pública – ENAP);**
- ✓ **Revista do Tribunal de Contas da União – TCU.**

Como fruto desses encontros, foram consolidados num único documento os conceitos necessários para o entendimento e preenchimento das informações orientadoras na revisão dos Indicadores do Relatório de Avaliação de 2008 e nos Indicadores do documento proposto na Supervisão Técnica Administrativa – STA, além de formulados novos Indicadores propostos pelas áreas técnicas.

Desta forma foi elaborado o novo quadro de indicadores com as seguintes informações:

- **Indicador:** expressa o nome do indicador proposto considerando, a conceituação do termo;
- **Finalidade:** o que o indicador pretende expressar;
- **Método de cálculo:** a descrição da(s) variáveis que compõem o cálculo do indicador
- **Tipo:** qualificação do indicador dentre as seguintes categorias: eficiência, eficácia e efetividade;
- **Fonte:** origem dos dados considerados para a construção do indicador;
- **Método de aferição:** refere-se ao conjunto de técnicas utilizadas para mensurar os dados que constituirão a fórmula de cálculo. Ex: sistemas de informação
- **Área responsável pelo indicador:** identifica a área da Funasa responsável pela aplicação do indicador e a conseqüente produção da informação.

Dando continuidade a revisão do modelo de Relatório de Avaliação proposto em 2008, a CGPLA fechou o entendimento de que é mais oportuno que as Core trabalhem na produção de um documento que contemple a avaliação dos resultados e a comunicação desses em forma de Relatório Anual de Gestão; cuja estrutura estará calcada na forma e conteúdo proposto pela CGU. Ressaltando a importância da utilização dos indicadores para demonstrar o desempenho alcançado pela Funasa nos programas e ações que estão sob sua responsabilidade e o esforço empreendido para o cumprimento de sua missão institucional.

Indicadores da área de comunicação e educação em saúde

INDICADOR	FINALIDADE	FÓRMULA DE CÁLCULO	MEMORIA DE CALCULO RESULTADO	TIPO	FONTE	MÉTODO DE AFERIÇÃO	ÁREA RESPONSÁVEL
Percentual de aldeias beneficiadas com ações de Educação em Saúde	Demonstrar a capacidade de realização de ações de educação em saúde nas aldeias indígenas	$\frac{\text{Nº de aldeias beneficiadas com ações de educação em saúde e mobilização social}}{\text{Nº total de aldeias programadas no período}} \times 100$	$\frac{75}{75} \times 100 = 100$	Eficácia	Relatórios de monitoramento das Ascom/Core e Presi	Análise dos relatórios técnicos e de monitoramento	Ascom/Dsei
Percentual de Casais beneficiadas com ações de educação em saúde voltadas para a humanização na prestação de serviços	Conhecer o quantitativo de Casais com ações educativas de humanização desenvolvidas	$\frac{\text{Nº de Casais com ações – projetos de humanização desenvolvidos}}{\text{Nº total de Casais programadas no ano}} \times 100$	0	Eficácia	Relatórios de monitoramento das Ascom/Core e Presi. Relatório de atividades das EMSI das Casais/Dsei	Registros obtidos de relatórios técnicos e de monitoramento	Ascom/Dsei
Percentual de TC com projetos de Educação em Saúde e mobilização social	Verificar a adesão dos municípios às ações de educação em saúde e mobilização social	$\frac{\text{Nº de TC com projetos de educação em saúde}}{\text{Total de TC celebrados}} \times 100$	0	Eficácia	SIGOB Cgcon Equipes de educação em saúde das Core e Presi	Consulta aos TC/PAC e relatórios do SIGOB	Ascom

Indicadores de saúde indígena

INDICADOR	FINALIDADE	FÓRMULA DE CÁLCULO	MEMORIA DE CALCULO RESULTADO	TIPO	FONTE	MÉTODO DE AFERIÇÃO	ÁREA RESPONSÁVEL
Percentual de Pessoas com Esquema vacinal completo	Verificar o percentual de pessoas com esquema vacinal completo para sua faixa etária.	$\frac{\text{Nº de pessoas com esquema vacinal completo}}{\text{Total da população indígena no período}} \times 100$	64,57%	Eficácia	Siasi	Consolidação das informações do Siasi	Desai Core Dsei
Média percentual de crianças indígenas menores de 5 anos com acompanhamento do estado nutricional	Aferir o acompanhamento do estado nutricional de crianças indígenas menores de 5 anos	$\frac{\text{Somatório \% de cobertura mensal (*)}}{12 (\text{n meses com acompanhamento})} \times 100$ $\frac{\text{Nº de crianças < 5 anos acompanhadas no mês}}{\text{Total de crianças < 5 anos no mês}} \times 100$	_____ X100 = 000	Eficácia	Sisvan	Consolidação das informações do Sisvan	Desai Core Dsei
Média percentual de gestantes indígenas com acompanhamento do estado nutricional	Aferir o acompanhamento do estado nutricional das gestantes indígenas	$\frac{\text{Somatório \% de cobertura mensal (*)}}{12} \times 100$ $(*) \frac{\text{Nº de gestantes acompanhadas no mês}}{\text{Total de gestantes existentes no mês}} \times 100$	_____ X100 = 000	Eficácia	Sisvan	Consolidação das informações do Sisvan	Desai Core Dsei
Nº de pessoas infectadas por malária na população indígena	Demonstrar o nº de pessoas infectadas por malária na população indígena	Nº de pessoas infectadas	0	Eficácia	Sivep - Malária	Consulta a relatório do sistema	Desai Core Dsei
Incidência de tuberculose pulmonar BK+ na população indígena	Estimar o risco de um indivíduo vir a desenvolver Tuberculose BK+	$\frac{\text{Nº de casos de TB BK+ confirmados}}{\text{População Total no período}} \times 100.000$	115,5/100.000Hab	Eficácia	Siasi	Consolidação das informações do Siasi	Desai Core Dsei
Coefficiente de mortalidade infantil na população indígena	Estimar o risco de morte dos nascidos vivos no 1º ano de vida	$\frac{\text{Nº de óbitos de crianças < 1 ano}}{\text{Nº de nascidos vivos no período}} \times 1.000$	41,04 /1.000nv	Eficácia	Siasi	Consolidação das informações do Siasi	Desai Core Dsei

Indicadores de saneamento ambiental

INDICADOR	FINALIDADE	FÓRMULA DE CÁLCULO	MEMORIA DE CALCULO RESULTADO	TIPO	FONTE	MÉTODO DE AFERIÇÃO	ÁREA RESPONSÁVEL
Percentual de execução física de obras de abastecimento de água com recursos do PAC (*) (*) Acumulado - 2007 a 2009. (Parâmetro de verificação: Portaria 544)	Medir a execução física das obras do PAC	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de obras de abastecimento de água com percentual de conclusão } < 30\%}{\text{N}^\circ \text{ de obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$ $\frac{\text{N}^\circ \text{ de obras de abastecimento de água com percentual de conclusão } \geq 70\% \text{ e } < 100\%}{\text{N}^\circ \text{ obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$ $\frac{\text{N}^\circ \text{ de obras de abastecimento de água concluídas}}{\text{N}^\circ \text{ de obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$	$\frac{49}{49} \times 100 = 100$ 0 0	Eficácia	Sigesan e Siscon Siafi	Relatórios do Sigesan; Parecer Técnico de visita de acompanhamento (Diesp e Sensp)	Densp Depin Core
Percentual de execução física de obras de esgotamento sanitário com recursos do PAC (*) (*) Acumulado - 2007 a 2009. (Parâmetro de verificação: Portaria 544)	Medir a execução física das obras do PAC	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de obras de esgotamento sanitário com percentual de conclusão } < 30\%}{\text{N}^\circ \text{ de obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$ $\frac{\text{N}^\circ \text{ de obras de esgotamento sanitário com percentual de conclusão } \geq 70\% \text{ e } < 100\%}{\text{N}^\circ \text{ obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$ $\frac{\text{N}^\circ \text{ de obras de esgotamento sanitário concluídas}}{\text{N}^\circ \text{ de obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$	$\frac{13}{13} \times 100 = 100$ 0 0	Eficácia	Sigesan e Siscon Siafi	Relatórios do Sigesan; Parecer Técnico de visita de acompanhamento (Diesp e Sensp)	Densp Depin Core
Percentual de aldeias com sistema de abastecimento de água implantado com recursos do PAC (*) (*) Acumulado - 2007 a 2009	Medir o percentual de de aldeias com sistema de abastecimento de água implantados com recursos do PAC	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de aldeias com SAA}(+)}{\text{Total de aldeias previstas nos 4 anos do PAC}} \times 100$	$\frac{70}{145} \times 100 = 48,27$	Eficácia	Planilha de acompanhamento de obras. Visita de acompanhamento de obras	Planilha Acompanhamento de obras (Densp) E visita de acompanhamento de obras (Diesp)	DENSP CORE

INDICADOR	FINALIDADE	FÓRMULA DE CÁLCULO	MEMORIA DE CALCULO RESULTADO	TIPO	FONTE	MÉTODO DE AFERIÇÃO	ÁREA RESPONSÁVEL
Percentual de aldeias com tratamento de água implantado com recursos do PAC (*) (*) Acumulado – 2007 a 2009	Aferir o percentual de aldeias com tratamento de água implantado com recursos do PAC	$\frac{\text{Nº de aldeias com SAA com tratamento de água implantado}}{\text{Total de aldeias com SAA implantado com recursos do PAC}} \times 100$	$\frac{40}{70} \times 100 = 57,14$	Eficácia	Planilha de acompanhamento em excel visita de acompanhamento de obras	Planilha de Acompanhamento (Densp) E visita de acompanhamento de obras (Diesp)	DENSP CORE
Percentual de sistemas de Abastecimento de água, em aldeias, com monitoramento da qualidade da água para consumo humano	Medir o percentual de sistemas de abastecimento de água monitorado	$\frac{\text{Nº de sistemas de abastecimento de água em área indígena monitorado}}{\text{Total de sistemas de abastecimento de água em área indígena com tratamento}} \times 100$	$\frac{77}{77} \times 100 = 100$	Eficácia	Planilha de acompanhamento de Programação de acompanhamento	Planilha Acompanhamento (Densp) E visita de acompanhamento (Diesp)	DENSP CORE
Percentual de comunidades remanescentes de quilombo com SAA implantado com recursos do PAC (*) Acumulado – 2007 a 2009	Verificar o percentual de comunidades remanescentes de quilombo com SAA implantado	$\frac{\text{Nº de comunidades remanescentes de quilombo com SAA implantado (*)}}{\text{total de comunidades remanescentes de quilombo programadas nos 4 anos do PAC}} \times 100$	$\frac{0}{5} \times 100 = 000$	Eficácia	Relatório Consolidado de atividades (Densp) Planilha de acompanhamento (Diesp)/Sensp Programação do PAC	Planilha Acompanhamento (Densp) E visita de acompanhamento (Diesp/Sensp)	DENSP CORE
Percentual de domicílios com Melhorias Sanitárias Domiciliares implantadas com recursos do PAC (*) Acumulado – 2007 a 2009	Verificar o percentual de domicílios com Melhorias Sanitárias Domiciliares implantadas	$\frac{\text{Nº de domicílios com MSD implantado (*)}}{\text{Nº de domicílios programados nos 4 anos PAC}} \times 100$	$\frac{545}{1665} \times 100 = 32,73$	Eficácia	Programação do PAC Sigesan	Relatório gerado do Sistema Programação do PAC	DENSP/CORE
Percentual de domicílios com Melhoria Habitacional para o Controle da Doença de Chagas realizada com recursos do PAC (*) Acumulado – 2007 a 2009	Aferir o percentual de domicílios com Melhoria Habitacional para o Controle da Doença de Chagas realizada	$\frac{\text{Nº de domicílios com MHCDC realizada (*)}}{\text{Nº de domicílios programados nos 4 anos PAC}} \times 100$	Não previsto em Mato Grosso do Sul	Eficácia	Programação do PAC Sigesan	Relatório gerado do Sistema Programação do PAC	DENSP/CORE

3. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

A Divisão de Recursos Humanos DIREH da Coordenação de Mato Grosso do Sul, contou com um total de 16 servidores distribuídos nas áreas de Cadastro, Pagamento, Capacitação, Assistência a Saúde, para administrar no exercício de 2009 a vida funcional de 2.100 servidores e colaboradores, sendo:

1.246 Servidores

- a) **584** (46,87% em relação a servidores), estão cedidos conforme a lei 8270, para atender o desenvolvimento do SUS na década de 1990, determinando uma maior concentração de recursos humanos na esfera municipal, o que está em consonância com os princípios de descentralização da gestão e municipalização dos serviços de saúde;
- b) **234** (18,78% em relação a servidores) aposentados;
- c) **2** (0,16% em relação a servidores) cedidos art. 47 da lei complementar 73/93;
- d) **199** (15,97% em relação a servidores) pensionistas;
- e) **227** (18,22% em relação a servidores) ativos permanente.

854 Colaboradores

- a) **4** (0,47% em relação a colaboradores) Nomeados com cargos Comissionados
- b) **2** (0,23% em relação a colaboradores) opas;
- c) **50** (5,85% em relação a colaboradores) estagiários;
- d) **5** (0,59% em relação a colaboradores) Cedidos da SES;
- e) **27** (3,16% em relação a colaboradores) Empresa de Serviço e Limpeza (LF Representações);
- f) **17** (1,99% em relação a colaboradores) Empresa de Vigilância (Segura);
- g) **415** (48,59% em relação a colaboradores) ONG - Missão Evangélica Caiuá;
- h) **333** (38,99% em relação a colaboradores) SAS;
- i) **1** (0,12% em relação a colaboradores) Exercício Descentralizado de Carreira.

Considerando os 227 servidores ativos permanentes, 584 Cedidos através da lei 8270, 4 Nomeados por cargo comissionado e ainda 1 Exercício Descentralizado de Carreira, temos uma idade média de 51 anos, assim distribuídos:

IDADE MÉDIA	51	
Servidores entre 18 e 30 anos	16	1,96%
Servidores entre 31 e 40 anos	10	1,23%
Servidores entre 41 e 50 anos	376	46,08%
Servidores entre 51 e 60 anos	330	40,44%
Servidores entre 61 e 70 anos	84	10,29%
Servidores em Atividade na CORE-MS	816	100%

Descrição	2008	2009
	Despesas	Despesas
I - Servidores do quadro próprio em exercício na Unidade	R\$ 31.736.784,68	R\$ 37.205.313,67
Descrição	2008	2009
	Despesas	Despesas
II - Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo	R\$ 134.479,45	R\$ 165.238,92
III - Estagiários	R\$ 136.016,96	R\$ 175.681,06
Descrição	2008	2009
	Despesas	Despesas
IV - Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, com ônus	R\$ 0,00	R\$ 0,00

V - Pessoal requisitado em exercício na unidade, sem ônus		R\$ 0,00	R\$ 0,00					
Descrição		2008	2009					
		Despesas	Despesas					
VI - Pessoal cedido pela unidade, com ônus		R\$ 93.332,95	R\$ 99.616,85					
VII - Pessoal cedido pela unidade, sem ônus		R\$ 0,00	R\$ 0,00					
Descrição		2008	2009					
		Despesas	Despesas					
VIII - Pessoal de contrato temporário		R\$ 0,00	R\$ 298.788,24					
Quantitativo de Pessoal								
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII
Jan	838	4	33	0	0	3	0	0
Fev	834	4	16	0	0	3	0	3
Mar	832	4	23	0	0	3	0	3
Abr	830	4	30	0	0	3	0	4
Mai	816	4	37	0	0	3	0	4
Jun	814	4	42	0	0	2	0	4
Jul	812	4	42	0	0	2	0	4
Ago	808	4	42	0	0	2	0	5
Set	803	4	43	0	0	2	0	5
Out	806	4	41	0	0	2	0	4
Nov	808	4	40	0	1	2	0	4
Dez	811	4	50	0	1	2	0	4

Demonstraremos através dos quadros abaixo as admissões e desligamentos que ocorreram no ano de 2009, com algumas considerações.

Quadro de Admissões

Processo Seletivo	Nº de vagas	Data de Publicação do Edital	Meio de Comunicação útil.	Instrumento de Seleção utilizado	Candidatos Selecionados	
					Cargo	Qtde
Processo Seletivo Simplificado (Temporário)	04	24/07/2008	DOU	Através da Esaf	- Bioquímica - Engenheiro	01 03
Concurso Público	20	31/03/2009	DOU	Através da Cesgranrio	- A. Administrativo - Téc. Contabilidade - Administrador - Engenheiro - Farmacêutico Bioquímico	15 01 01 03 01

Importante considerar que, das 15 vagas de Auxiliar Administrativo apenas 14 foram completas, pois 1 vaga refere-se a Portador de Necessidades Especiais, ainda não definida por Brasília, bem como, 5 das vagas foram preenchidas em Janeiro de 2010.

Quadro de Desligamentos

Seqüência	Nome	Data	Cargo
01	Daniela Cardoso Miranda	31/12/2009	Bioquímica

O quadro abaixo demonstra a relação dos 227 servidores ativos permanentes por cargo e distribuição

Cargos Nível Superior	GABINETE							DIADM							DIREH					DIESP				DSEI	Total		
	Conv.	Astec	Cpl	Gab.	Aspla	Ascom	Ed. Saúde	Diadm	Salog	Sotra	Somat	Socom	Sofin	Sopat	Soorc	Direh	Sacad	Sapag	Sacap	Soais	Diesp	Sapro	Hidrol. (inf)	Hidrol. (inf) (sotra)		Dsei	
Engenheiro Agron.		1																								1	
Engenheiro																					4	1				5	
Educador em Saúde																				1						1	
Contador								1																		1	
Médico																* 2				1						3	
Assistente Social																									1	1	
Arquiteto																					1					1	
Farmacêutico Bioq.										1																1	
Biólogo																					1					1	
Arquivista													1													1	
Cargos Nível Médio	Conv.	Astec	Cpl	Gab.	Aspla	Ascom	Ed. Saúde	Diadm	Salog	Sotra	Somat	Socom	Sofin	Sopat	Soorc	Direh	Sacad	Sapag	Sacap	Soais	Diesp	Sapro	Hidrol. (inf)	Hidrol. (inf) (sotra)	Dsei	Total	
Ag. Saúde Pública	1	2					1			5	1										4			1	65	80	
Guarda de Endemias							2			4											1		3	1	17	28	
Motorista Oficial										8											5				16	29	
Ag. Administrativo	1	4		3	1	1		3	4	1	3	2	1	1	2		4	2			1	1	1		4	40	
Atendente																					1				1	2	
Laboratorista			1											1											1	3	
Visitador Sanitário																			2						1	3	
Aux. Oper. Serv. Div.																									4	4	
Aux. Enfermagem																							1		3	3	
Aux. Administrativo	1										1													1	1	4	
Aux. Estatística											1								1							2	
Datilógrafo	1																1			1						3	
Téc. Contabilidade													1													1	
Téc. Laboratório																	1									1	
Téc. Cartografia													1				1									2	
Aux. Serv. Gerais																									1	1	
Divulgador Sanitário																									1	1	
Artífice Especializ.																					1					1	
Microscopia																									1	1	
Ag. Portaria																										1	
Atendente Enfermagem																									1	1	
Cargos Nível Fundamental	Conv.	Astec	Cpl	Gab.	Aspla	Ascom	Ed. Saúde	Diadm	Salog	Sotra	Somat	Socom	Sofin	Sopat	Soorc	Direh	Sacad	Sapag	Sacap	Soais	Diesp	Sapro	Hidrol. (inf)	Hidrol. (inf) (sotra)	Dsei	Total	
Aux. Artífice																										1	1
TOTAIS	4	7	1	3	1	1	3	4	4	19	6	2	3	3	2	0	7	2	3	4	21	2	3	1	119	227	

Fonte: CORE-MS/DIREH-24/JAN/2010 - incluso sconcursados empossados até esta data.

Indicador Gerencial de RH

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo resultado	Tipo	Fonte	Método Aferição	Área Responsável
Percentual de servidores em exercício na Funasa	Conhecer os servidores que atuam na instituição	$\frac{\text{Nº de servidores em exercício}}{\text{Total de servidores ativos}} \times 100$	$\frac{273}{853} \times 100 = 32\%$	Eficácia	Siape	Siape	DEADM CORE

Fonte: CORE-MS/DIREH – considerado valores em janeiro de 2010.

5. INSCRIÇÕES DE RESTOS A PAGAR NO EXERCÍCIO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

ANO DE INSCRIÇÃO	RP PROCESSADOS				RP NÃO-PROCESSADOS			
	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2006	-	-	-	-	13.551,74	13.551,74	0,00	0,00
2007	25.821,40	1.291,07	24.530,33	-	107.814,24	107.814,24	0,00	0,00
2008	576.594,75	5.374,68	571.220,07	-	5.072.559,04	150.024,11	4.922.534,93	0,00
2009	219.022,83	-	-	219.022,83	4.452.558,66	-	-	4.452.558,66
Total	821.438,98	6.665,75	595.750,40	219.022,83	9.646.483,68	271.390,09	4.922.534,93	4.452.558,66

11A. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

SCDWEB - FUNASA/MS
UP CORE-MS
25185 032.057/2009-24

SECRETARIA DE SAÚDE
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
WEB

PLANO DE PROVIDÊNCIAS

UJ responsável pela apresentação do processo anual de contas: Coordenação Regional da Fundação Nacional de Saúde no Estado de Mato Grosso do Sul/MS

Relatório de Auditoria nº: RA 224415

1. Item nº: 1.1.3.1

Não garantia da efetiva prestação dos serviços.

1.1 Recomendação 1:

Registrar no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens do Governo Federal todas as despesas com passagens terrestres, inserindo no sistema todos os bilhetes, mantendo os originais arquivados.

1.1.1. Providências a serem Implementadas:

Resposta:

Conforme recomendado, o sistema de concessão de Diárias e Passagens – SCDP, estão sendo entregues aos Dirigentes dos Pólos Indígenas conforme Despacho nº. 260/2009 – SAADM/DSEI-MS anexo.

2. Item nº: 2.1.2.1

Metas quantitativas e qualitativas não especificadas.

2.1 Recomendação 1:

Especificar, para as ações que são executadas diretamente pela Entidade, as metas a serem atingidas de forma individual (exemplo: que tipo de obra será realizada, as metas financeiras da mesma, o local, qual população será atendida, etc.) para que seja viável avaliar o nível de execução das metas no exercício.

2.2.1 Providências a serem Implementadas

Resposta:

Conforme recomendado, segue anexo Despacho nº. 1.120/DIESP/COREMS/FUNASA, da Chefa da DIESP/COREMS, planilha das obras diretas realizadas por esta Unidade.

3. Item nº: 2.1.4.1

Ineficácia da fiscalização - atesto de recebimento de equipamentos com componentes faltantes e fora de especificação; objeto fornecido em desacordo com o contratado - parte do objeto faltante e parte fora de especificação (processos nº. 25185.000.449/2008-43 e 25185.006.718/2007-02).

3.1 Recomendação 1:

Apurar a responsabilidade pelos itens do objeto do contrato não encontrados e pelos itens executados fora das especificações, adotando as providências necessárias, se for o caso, para ressarcimento do prejuízo ao Erário. Chamamos a atenção que no caso das bombas não encontradas, nessa apuração é necessário fazer o levantamento de todas as aquisições de bombas, a partir de pelo menos o ano de 2000, e levantar o destino das mesmas.

3.1.1 Providências a serem Implementadas

Resposta:

Todas as providências para apurar responsabilidades estão sendo adotadas, e os procedimentos disciplinares sendo instaurados, condicionados a disponibilidade de pessoal que atenda aos requisitos da Lei 8.112/90.

Item nº: 3.1.1.1

Cessões irregulares de servidores.

4.1 Recomendação 1:

Cancelar as cessões dos cargos em que a Coordenação Regional tenha deficiência, em especial aqueles necessários para a ação com a saúde indígena.

4.1.1 Providências a serem Implementadas

Resposta

1) Quanto à cedência de servidor segue anexa carta da Direh datada de 24.04.2008. Segue despacho da chefe da divisão de recurso humano.

4.2 Recomendação 2:

Efetuar gestões junto à Presidência da FUNASA para transferir os cargos que tem como atribuições exclusivas o combate e o controle de endemias para a Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde.

4.2.1 Providências a serem Implementadas

Resposta:

1) Para atender a esta solicitação, segue anexo despacho da Chefe da divisão de recursos humanos Nota Técnica nº. 6/2008, onde esclarece as cessões de servidores da Funasa para a Secretaria Estadual de Saúde – SES.

5. Item nº: 3.2.1.1

Permanência de situação de servidor como sócio-administrador de empresa privada.

5.1 Recomendação 1:

Apurar a possível infração ao disposto no artigo 117, inciso X, da Lei 8.112/90 por parte do servidor portador do CPF nº 105.096.901-49.

5.1.1 Providências a serem Implementadas

Resposta:

Conforme recomendado, foi instituído o Processo Administrativo nº. 25185.028.515/2009-21, conforme Portaria nº. 877 de 14 de setembro de 2009, cópia anexa.

Dirigente Máximo da UJ responsável pela apresentação das contas
Nome e Cargo

11B. DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

T.C.U.

DOCUMENTOS RECEBIDOS	OFICIO RESPONDIDO	DATA DA RESPOSTA	ASSUNTO	RESPOSTA
Ofício 374/2009-TCU-SECEX-MS	695/GAB/FUNASA	09/06/2009	Servidor sócio administrador de empresa privado.	Alteração contratual
Autos – 002.07.105083-5/003	809/GAB/FUNASA	10/07/2009	Autos - 002.07.105083-5/003	Encaminhadas cópias de processos licitatórios nº. 1) 25185.006.965/2006-10 2) 25185.007.521/2007-82 3) 25185.003.753/2005-08

C.G.U

DOCUMENTOS RECEBIDOS	OFICIO RESPONDIDO	DATA DA RESPOSTA	ASSUNTO	RESPOSTA
Carta de intimação nº 127/2009-DV	565/GAB/FUNASA	30/01/2009	Inquérito Civil: 2003.60.30.000025-7	Documentos encaminhados para conhecimento e providências.
Ofício 12790/2009/GAB/CGU-Regional/MS	531/GAB/FUNASA	08/05/2009	Resposta encaminhamento preliminar de Constatações.	Respostas das áreas envolvidas na Nota de Auditoria nº 224415/001.
Ofício 16083/2009/GAB/CGU-Regional/MS	612/GAB/FUNASA	01/06/2009	Relatório nº 224415	Apurar infração.
SA nº 223358/001	696/GAB/FUNASA	09/06/2009	Resposta SA nº 223358/001	Prorrogação de prazo.
SA nº 277526/001	883/GAB/FUNASA	28/07/2009	Solicitação de SA nº 277526/001	Solicita dilação de prazo.
Ofício 617/09-AGU/PGF/PF-MS/SEJUD	969/GAB/FUNASA	17/08/2009	Autos nº 2008.60.02.00312-3	Funasa não deve figurar como ré na ação.
Ofício 590/09- AGU/PGF/PF-MS/SEJUD	959/GAB/FUNASA	17/08/2009	Ação Civil Publica	Documentos solicitados já compõem os autos.
SA nº 227579/001	1007/GAB/FUNASA	25/08/2009	SA nº 224415/011	Processos: 25185.003.490/2005-29, 25185.003.411/2005-80, 25185.003.491/2005-73, 25185.007.483/2008-11, 25185.010.492/2008-17 e 25185.011.232/2009-31, Despacho nº 138/DSEI/COREMS/FUNASA, Despacho Sopat aquisição de bombas e Despacho nº 628/DIESP/COREMS/FUNASA.
SA nº 223358/001	1028/GAB/FUNASA	28/08/2009	SA nº 223358/001	Despacho nº 317/DIESP/COREMS/FUNASA Memorando nº 183/Gab-Coord/Eq.Convenio/Funasa/Core-MS
SA nº 223358/001	1049/GAB/FUNASA	02/09/2009	SA nº 223358/001	Despacho nº 714/DIESP/COREMS/FUNASA Memorando nº 183/Gab-Coord/Eq.Convenio/Funasa/Core-MS

M.P.F

DOCUMENTOS RECEBIDOS	OFICIO RESPONDIDO	DATA DA RESPOSTA	ASSUNTO	RESPOSTA
Ofício MPF/CRA/MS/MRO nº 424/2008	86/GAB/FUNASA	15/01/2009	Inquérito Civil 1.21.000.00449/2003-43	Copia e contrato entre a Funasa e a empresa RHD Construção e COM.LTDA.
Ofício 059/09/AGU/PGF/PF/MS	138/GAB/FUNASA	30/01/2009	Inquérito Civil 2009.60.000874-8	Implantação do sistema de abastecimento no acampamento "Mãe Terra".
Mandato de Citação	139/GAB/FUNASA	04/02/2009	Ação Civil Publica – 2009.60.00000.874-8	Dilação de prazo para conclusão da obra de Implantação do Sistema de Abastecimento de Água do Acampamento Mãe Terra.

Ofício 00087/MPF/PR/MS/CRQ 2009-	394/GAB/FUNASA	02/04/2009	Inquerito Civil 1.21.000.001259/2009-96	Cópia do relatório final do PAD, proferido pela Corregedoria da FUNASA.
Ofício nº 197/2009 – MPF/DRS/MADA	580/GAB/FUNASA	20/05/2009	Proc. Administrativo 1.21.001.000010/2006-53	Conclusão de obra no assentamento Juncal no município de Naviraí – MS
Ofício MPF/CRA/MS/MRO nº 424/2008	580/GAB/FUNASA	20/05/2009	Proc. Administrativo 1.21.001.000010/2006-53	Informação de prazo de conclusão de obra.
Ofício nº 176/2009 – MPF/PRMS/EKS	461/ GAB/FUNASA	22/04/2009	Presta informações - Robson F. de Oliveira	Prospecto de implantação peniano
Ofício nº 171/2009/PR – MS	629/ GAB/FUNASA	01/06/2009	Inquerito civil – 1.21.000.000477/2008-75	PAD que tem como acusado João F. Cruz foi concluído e analisado Corregedoria da FUNASA
Ofício nº 248/2009 – MPF/PRMS/EKS	698/GAB/FUNASA	09/06/2009	Proc. Administrativo 1.21.000.000531/2009-63	Solicitação de dilação de prazo
Ofício MPF/PPA/MS/TSL/ Nº 150/2009	723/GAB/FUNASA	18/06/2009	Proc. Administrativo 1.21.005.000011/2008-20	Obra para comunidade indígena ARROIO-KORÁ, esta prevista na Programação de Obras de Saneamento em áreas indígenas 2009.
Procedimento Administrativo	756/GAB/FUNASA	26/06/2009	Proc. Administrativo 1.21.000.000531/2009-63	Todas as informações atendidas no Ofício 698/ GAB/FUNASA/MS/2009
Ofício 297/2009	766/GAB/FUNASA	01/07/2009	Proc. Administrativo 1.21.004.000026/2009-89	Participação da FUNASA em sistemas de Abastecimento de água e esgoto.
Ofício nº 194/2009 – MPF/PR-MS/CRQ	766/GAB/FUNASA	01/07/2009	Proc. Administrativo 1.21.000.001320/2002-90	Cópia de relatório de conclusão de obra o termo de ratificação de visita in loco.
Ofício nº 484/2009/10ª PJ	777/GAB/FUNASA	03/07/2009	Proc. Preparatório nº 159/2008 Cidadania	Dados cadastrais dos sistemas de abastecimento de água das aldeias de MS, Licença de Operação nº 837/2009, Licença de Instalação nº 614/2009 e Projetos de Cadastro de rede executora.
Ofício nº 525/2009-AGU/PFMS/SEJUD	840/GAB/FUNASA	22/07/2009	Ação de reparação de danos materiais por acidente de veículo	Encaminha cópia de autos e BO
Ofício/MPF/PPA/MS/LCS Nº 055/2009	855/ GAB/FUNASA	24/07/2009	Proc. Administrativo 1.21.001.000146/2009-76	Autos devidamente concluídos e encaminhados à AUDITORIA da Presidência da FUNASA.
Ofício/PR/MPT/TLS nº 311/2009	866/ GAB/FUNASA	27/07/2009	Proc. Administrativo 1.21.000111/2009-67	Área privada impede execução de qualquer obra/investimento com recursos da União.
Ofício nº 366/2009 – MADA/PRM-DRS/MS/MPF	903/ GAB/FUNASA	05/08/2009	Coleta de resíduo hospital municipal de Ivinhema.	Prefeitura de Ivinhema responsável pelo controle e vigilância.
Carta de intimação nº 127/2009-DV	914/ GAB/FUNASA	10/08/2009	Ação Ordinária	Envio de documento para conhecimento da Procuradoria.
SA nº 227579/001	1007/GAB/FUNASA	25/08/2009	SA nº 224415/011	Envio de processos e despachos.
Ofício nº 402/2009– Ofício nº 402/2009MADA/PRM-	1050/GAB/FUNASA	30/08/2009	Perfuração de poço na Terra Ind Passo Piraju	Informação de Programação/09 do DSEI
Despacho nº 72/PGF/FUNASA/GO/2009	1081/GAB/FUNASA	08/08/2009	Processo Administrativo nº 25185.002.175/2009-16	Cópia do Processo Administrativo que versa sobre o Mandato de Notificação nº 586/2009
Solicitação verbal	1090/GAB/FUNASA	09/08/2009	Indica testemunhas	Indicação de testemunha.
Comunicado	1102/GAB/FUNASA	10/08/2009	Comunica sequestro de servidores	Informação.

12. ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO

Atos		Quantidade	Registrados no SISAC Quantidade
Admissão	Proc. Seletivo Simplificado	4	--
	Concurso Público	15	--
Desligamento (temporário)		1	--
Aposentadoria		47	45
Pensão		9	06

Existe divergência no registro do SISAC, pois os processos dos servidores **Suzete Maria da Silva Moura e Ataídes Andrade da Silva**, encontram-se na Divisão de Recursos Humanos desta Coordenação para correção de anuênio. Destacando que em 2009, houve a contratação dos concursados, havendo crescimento de solicitação de aposentadoria, e as concessões de abono de permanência.

Importante ressaltar que os atos de admissões e desligamento são realizados pela Presidência.

FUNASA

MISSÃO

Realizar ações de saneamento ambiental em todos os municípios brasileiros e de atenção integral à saúde indígena, promovendo a saúde pública e a inclusão social, com excelência de gestão, em consonância com o SUS e com as metas de desenvolvimento do milênio.



Fundação
Nacional
de Saúde

Ministério
da Saúde